

EM TEMPO!

Quinzenário Nacional

Ano VII

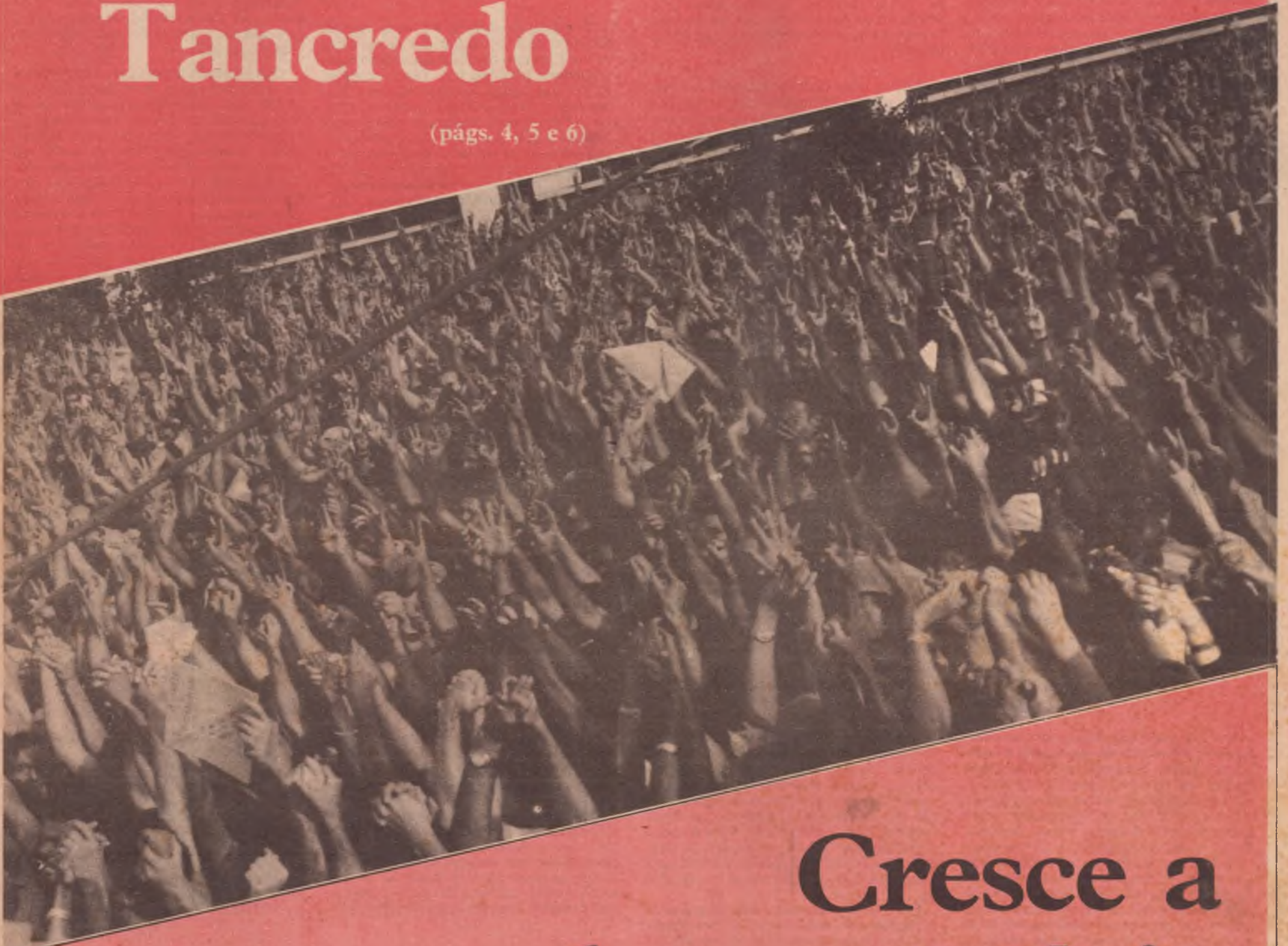
Nº 191

De 26 de julho a 08 de agosto de 1984

Cr\$ 500,00

PT: Não a Tancredo

(págs. 4, 5 e 6)



Cresce a luta operária

Há um mês da realização do I Congresso Nacional da CUT, continua vigoroso o ciclo das greves. O ascenso operário põe fim à carreira de velhos pelegos e clama por uma expressão política própria. É hora de organizar uma alternativa operária popular à crise da ditadura (págs. 7 a 13).

A Constituinte em debate

A seguir, a opinião de três membros do Diretório Nacional do PT sobre a Constituinte.

Da Constituinte ao candidato único

Por José Genoíno

As bandeiras liberais, como Eleições ou Constituinte, não têm um valor absoluto. São progressistas ou retrógradas conforme as circunstâncias históricas. Na Nicarágua pós-revolucionária a direita pediu eleições-já, como se a revolução não fosse a manifestação superior da vontade soberana de um povo. E nós aqui defendemos diretas-já e é progressista. Cabe então ver o significado concreto da Constituinte hoje.

Ela tende a ser a legitimação de um novo pacto entre as elites para substituir o regime ditatorial-militar de 64 falido. É o ordenamento político-jurídico de uma outra forma do Estado burguês, ainda conservadora, repressiva, excludente, restritiva e militarizada, mas aberta que a dita ditadura militar e mais fechada que a democracia burguesa. A Constituinte aparece como coroamento e estabilização, com respaldo popular, dessa transição política pelo alto, como em 1945. Não por acaso Tancredo a considera a questão chave, pondo a eleição presidencial como comparativamente secundária.

De fato, eleições presidenciais levam a um confronto excludente entre programas, propostas e candidatos. Isto favorece a explicitação ao antagonismo de interesses políticos e econômico-sociais entre exploradores e explorados. E pode preparar a desestabilização do provável governo conservador saído das urnas, semelhante ao que se passa em Administrações tipo Montoro. Abre assim condições para que as massas se voltem em direção a uma alternativa independente e transformadora. A menos, é claro, que prevaleça o "candidato único" das oposições restringindo o processo a candidaturas conservadoras. Salvo isto, as diretas-já torpedeiam o atual regime e também dificultam o novo pacto entre as elites. Por isso fomos dos primeiros a defender que o PT principalizasse esta bandeira de ação.

"União nacional"

Na Constituinte o confronto entre programas, propostas e candidatos se dilui. Ela aparece como se fosse a representação da Nação acima das classes, alimentando a falsa idéia da "união nacional" contra a crise.

Ali, as bandeiras realmente essenciais para os trabalhadores seriam tratadas entre inúmeras questões secundárias ou de direito apenas formal. E a inevitável rejeição destas bandeiras surgiria como algo "democrático" e normal, uma vez reconhecida a autenticidade do órgão. Além disso, em eleições constituintes, suspensa a vinculação do voto, a máquina eleitoral da burguesia pesa ainda mais que num pleito presidencial, condenando-nos a uma posição ultraminoritária. E a Constituição, sendo legitimada amplamente, fica mais difícil de ser negada do que um governo. Isto não significa, é óbvio, deixar de participar da Constituinte, se convocada, mas indica o caráter da participação.

Porém, mais importante que a Constituinte em si é a sua ligação com outros pontos em discussão. De fato, se ela é aprovada como bandeira central do PT, como algo abrangente que supostamente permitiria abordar as demais exigências políticas e econômico-sociais realmente centrais para os trabalhadores, então fica preparado o "programa único das oposições", com a Constituinte e mais alguns pontos formulados com tal generalidade que neles cabe qualquer coisa. Daí o "candidato único" é mera decorrência. Por isso, mais importante que uma definição simplista pró ou contra a Constituinte é o desenvolvimento da plataforma própria do PT, como algo inegociável, a partir dos 10 pontos atuais. Com bandeiras afirmativas, concretas, precisas e demarcatórias em relação aos conservadores. E claramente insubstituível pela Constituinte ou por generalidades vagas. Por exemplo: revogação das Salvaguardas Constitucionais e da LSN, liberdade sindical e direito real de greve, desmantelamento dos Órgãos de Segurança, responsabilização dos implicados em crimes contra os direitos humanos e a economia popular, rompimento dos acordos com o FMI e não pagamento (ou suspensão) da dívida externa, abonos extraordinários repondo as perdas salariais, escala móvel e aumento real dos salários, estabilidade no emprego e salário-desemprego, Reforma Agrária. Em suma, o contrário do "programa único". E a negação também do "candidato único".

A constituinte e os trabalhadores

Por Virgílio Guimarães de Paula

I — Por que é importante para os trabalhadores a bandeira da Assembléia Constituinte, Livre, Soberana e Democrática? Porque, em primeiro lugar, a luta pela derrubada da ditadura militar deve ser hoje o centro da atividade dos trabalhadores. Sem a derrubada da ditadura militar, os trabalhadores não conseguirão mudanças maiores e duradouras nas suas condições de vida e trabalho. E, como prova a experiência da Campanha pelas diretas já, essa luta, ao expressar toda a revolta dos oprimidos contra a ditadura, tem um potencial gigantesco de mobilização. Em segundo lugar, porque a bandeira da Assembléia Constituinte é a bandeira democrática que expressa de forma mais clara e radical a exigência de uma nova ordem política, econômica e social. Aos trabalhadores não interessa uma mudança superficial e parcial das leis, da realidade do país. Aos trabalhadores interessa que o conjunto do país seja mudado. E essas mudanças, para refletirem os interesses da maioria do país, têm que ser elaboradas em um fórum mais democrático e livre.

II — Como combinar hoje a luta pela Assembléia Constituinte, Livre, Soberana e Democrática com a luta pelas diretas já? A defesa da Assembléia Constituinte não é contraditória com a luta pelas diretas já. Pelo contrário; para dar à luta pelas diretas já o rumo que os acontecimentos exigem é essencial vinculá-la à defesa da Assembléia Constituinte. Noventa por cento da população quer as diretas já; cinco milhões de brasileiros foram às ruas na maior campanha

de massas da história do país. No entanto, o Congresso Nacional, eleito de acordo com as leis da ditadura (Senadores biônicos, restrições ao livre debate e organização partidária, forte deturpação da representação dos estados mais populosos em favor daqueles onde o PDS é mais forte graças à corrupção era, valendo-se das leis da ditadura, (necessidade da maioria dos 2/3 para emendar a Constituição) negou essa exigência.

O PT deve examinar, junto com outros parlamentares combativos, a tramitação das emendas pelas diretas já. Se isso não for possível e se o Congresso não aprovar as diretas já, é correto politicamente submeter-se a esta decisão? Não; devemos dizer desde já: se o Congresso e as leis moldadas pela ditadura impedem que caia o Colégio Eleitoral, que caiam com ele: por uma Assembléia Constituinte, Livre, Soberana e Democrática, que restabeleça inclusive o direito do povo eleger o presidente do País.

III — Assembléia Constituinte e independência de classe. Há os que defendem a Assembléia Constituinte como forma de promover a conciliação de classes, dar mais legitimidade a uma ordem política negociada com a ditadura.

Para o Partido dos Trabalhadores, a defesa da Assembléia Constituinte deve ser uma forma de elevar a consciência, a organização e os direitos dos trabalhadores. E não para iludí-los ou enganá-los.

Em primeiro lugar, o PT deve defender que a convocação da Assembléia Consti-

A convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, reclamada desde 1977 por setores da oposição e mesmo por parcelas das classes dominantes, retornou a cena política na esteira da campanha das diretas. E o próprio PT — que em 1980 julgara inconveniente inscrevê-la em seu programa, hoje é chamado a pronunciar-se a respeito, ainda que, neste momento, apenas para orientar nossa bancada federal de uma subemenda constitucional que preve, para 1986 (seja sob que governo for), a convocação de uma Constituinte.

Do ponto de vista do PT, creio que tal definição deveria resultar das deliberações de um Encontro Nacional convocado especificamente para este fim. Tema polêmico, sobre o qual a maioria dos militantes e filiados carece de informação, impõe-se, pois, um prévio e amplo debate que, pelo esclarecimento e pelo confronto das posições divergentes, possa afastar o maniqueísmo e o principismo tão frequentes entre nós. Seja como for, até em respeito ao grande número de companheiros que, de longa data, vêem a bandeira da Constituinte como um instrumento tático poderoso para por um fim ao regime militar, não há mais como o partido furtar-se a uma resolução urgente, na linha do que determinou o último Encontro Nacional ("Rejeitada no Congresso Nacional a emenda Dante de Oliveira, o PT deve rearticular suas táticas, intensificando o debate sobre a Assembléia Constituinte").

Do meu ponto de vista, que sempre entendi insuficientes as discussões sobre este tema em nosso partido, quero aqui apresentar, neste espaço limitado, alguns pontos para reflexão, buscando assimilar também dos argumentos de outros companheiros lições para minha própria intervenção político-partidária.

Proposta Tática

Antes de tudo, acho que devemos pensar a constituinte como um instrumento de que se lança mão em uma tática determinada; no caso particular, da luta contra o regime

militar e pela democratização do país. Nesse contexto, trata-se de uma luta que, de imediato, não conduz à tomada e destruição do poder de Estado burguês e da construção do sindicalismo.

Se a vemos assim, a constituinte perde o seu caráter de panacéia, de fetiche. Não se trata, portanto, de combatê-la ou defendê-la por princípio, mas sim de saber se, nesta conjuntura em particular, ela pode constituir-se numa palavra de ordem mobilizadora, que impulse movimentos sociais, trabalhadores e povo a condensarem, nesta campanha, a luta pelo fim do regime com a luta pela conquista de direitos e reivindicações econômicas.

Outra questão importante: a convocação de uma constituinte, hoje, dada a correlação de forças em presença (a menos para os que entendem que vivemos uma situação revolucionária ou pré-insurrecional) significará o estabelecimento de um pacto, um compromisso, entre setores das classes dominantes entre si e, eventualmente, com participação popular. Que os limites desta participação dos trabalhadores e do povo seja mais ou menos ampla; que este pacto signifique ou não a institucionalização do regime militar sob novas formas; tudo isto dependerá do nível de consciência, de organização e de luta dos trabalhadores e do povo. Nesse sentido, é preciso considerar o movimento pela constituinte como algo que crie condições para eliminar do país o regime militar. Sob sua égide, não há condições para a convocação de uma assembléia ampla, democrática e soberana — a única pela qual se pode lutar.

Finalmente, é preciso responder se uma constituinte, hoje, pode ou não abrir espaços políticos para a atuação política de novos setores da população. Ela seria capaz de colocar em xeque todo o ordenamento jurídico-político da ditadura que, por exemplo, não reconhece os bóias-frias, o direito de greve, a estabilidade no emprego, a autonomia sindical? Que direitos como estes venham a ser contemplados numa nova Constituição é fundamental. Que eles sejam respeitados é algo que diz respeito não à eficácia do Direito ou da Constituição, mas à ação política das classes dominadas.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloísio Marques, Alvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Hélder, Carlos Henrique Árabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Octaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Sergio Moura, Virginia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Américo Antunes — Reg. MTPS nº 2769.

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. — R. Francisco Leitão, 57 — Pinheiros, São Paulo — CEP 05414 — Fone: 852-8880 - CGC 46,093.549/0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: R. Guajajaras, 329 — Sala 12 — CEP 30000; Porto Alegre: R. Fernando Vieira, 618 — loja 4 — Bom Fim — CEP 90.000; Rio de Janeiro: R. Senador Dantas, 117 — sala 1414 — CEP 20031; Vitória: Caixa Postal 1427 — CEP 29000; Natal: Caixa Postal 1550 — CEP 59072.

Tiragem: 9.000 exemplares.

Um passo importante: não a Tancredo. Agora, o PT precisa organizar a alternativa.

A crise da ditadura se aprofunda

O último período foi pródigo em evidência de que a ditadura militar continua se enfraquecendo com suas divisões, tornando-se incapaz de retomar as iniciativas. Os brasileiros assistiram o PDS entrar em rota de colisão a partir do lançamento da proposta de realização de consultas prévias na base do partido para a escolha do candidato à presidente da República. Dois presidentes do PDS renunciaram ao cargo, formalizou-se a dissidência do PDS e dois presidentes, Aureliano Chaves e Marco Maciel, desistiram de se submeter à Convenção do partido.

O episódio da votação das emendas constitucionais propostas por Figueiredo só acrescentou mais dificuldades ao governo. Perdendo posições no Senado, o governo optou pela retirada da emenda, abrindo ainda mais os seus flancos.

Este enfraquecimento da ditadura só fortalece as chances de se conquistar a realização de eleições diretas já.

O PMDB capitaneia a traição

O PMDB, porém, desde a derrota da emenda Dante de Oliveira tomou claramente o rumo inverso. A estratégia agora é lançar Tancredo para obter uma maioria no Colégio Eleitoral através da aliança com os setores dissidentes do PDS.

O PMDB não tem todas as suas fileiras já convencidas de que o rumo a ser tomado é este. Mas esta decisão conta com o apoio dos governadores do partido, da grande maioria dos parlamentares na Câmara dos Deputados e do Senado, das correntes de esquerda que se abrigam no PMDB. No início de agosto será realizada sua Convenção. É o prazo que os tancredistas têm para atacar e fazer recuar a posição dos parlamentares do chamado grupo Só Diretas, que assinaram um manifesto comprometendo-se a não ir votar no Colégio.

O PDT acabará por seguir a Tancredo. Restará o apoio da dissidência do PDS com grandes chances de ser consolidado.

Salvo algum imprevisto, a candidatura Tancredo nas próximas semanas consolidará a sua força como expressão de um amplo pacto político e procurará limpar o caminho da conciliação com a ditadura.

O PT rechaça a candidatura Tancredo

No campo do PT, os fatos no último período não foram menos im-



portantes. Durante um curto mas perigoso momento, membros da direção nacional do partido, sofrendo a pressão dos partidos da oposição burguesa, acenaram apoiar a candidatura única das oposições, na verdade, o apoio a um candidato burguês moderado.

Após o dramático empate na reunião do Diretório Nacional, houve um processo rico: as bases do partido em sua principal trincheira, São Paulo reagiram com força; a convenção fluminense rechaçou por unanimidade a proposta; posicionamentos contrários se generalizaram em outros estados.

O PT decidiu agora negar o apoio a candidatura Tancredo e reafirmar o seu compromisso de não ir ao Colégio Eleitoral. Ao mesmo tempo, iniciou importantes contactos com representantes do grupo Só Diretas.

Mas é evidente que as pressões sobre o partido, principalmente a partir do momento em que a candidatura Tancredo se consolidar, crescerão. Todas as armas serão usadas para exercer esta pressão, até mesmo a calúnia como já se in-

sinua (um dirigente do PC do B chegou a afirmar na plenária CUT e Conclat que Maluf estaria distribuindo dinheiro para comprar ausências no Colégio Eleitoral). Muito bem: sabemos que os métodos políticos destes senhores estão à altura dos seus compromissos com a luta operária.

Os militantes do PT já se perguntam: como responder a estas pressões? Ficará o partido, no desenrolar dos acontecimentos, sozinho defendendo uma posição que há alguns meses atrás era defendida nas praças por milhões e milhões de pessoas?

A luta operária continua a crescer

A caracterização da conjuntura estaria, no entanto, sem um dos seus principais elementos se não se acentua o crescimento vigoroso da luta dos trabalhadores no último período.

É verdade que o movimento operário vem em um ascenso não linear e uma acumulação contínua de forças desde o grande ciclo grevista de 1978/79. Nos últimos meses, po-

rém, expressando a própria politização advinda da campanha pelas diretas, o ciclo das lutas toma novo fôlego.

Na última edição deste jornal, anotávamos que em abril e maio mais de 700 mil trabalhadores tinham ido à greve. Estas greves continuam (por exemplo, 160 mil docentes e funcionários públicos federais estão em greve) e nos últimos dias, um verdadeiro furacão operário derrubou as casas de pelegos nela encastelados há anos e anos. As recentes vitórias das oposições sindicais nos metalúrgicos de Belo Horizonte, Campinas, Limeira e a derrota de Joaquim nas fábricas mostram que os trabalhadores não perdoam quem se alia ou faz o jogo da ditadura e dos patrões!

O Congresso da CUT: um grande marco

O melhor caminho para o PT responder às pressões que virão da candidatura Tancredo é organizar uma alternativa operária e popular à crise da ditadura. Em outras palavras, é necessário casar, combinar, expressar politicamente esse verdadeiro anseio de mudança que vem dos trabalhadores e que não cessou com o arrefecimento da campanha pelas diretas.

Em primeiro lugar, é importante divulgar o programa de dez pontos aprovado pelo PT e que contém as reivindicações políticas e econômicas dos trabalhadores. Ele é o melhor instrumento para o militante do partido defender a sua posição e não apoio a um candidato burguês.

Em segundo lugar, é hora de acelerar nas instâncias do partido o debate sobre a Constituição. Ela dará novas perspectivas para a retomada da luta pelas diretas e só complementa e dá coerência à posição do partido de não reconhecer o Colégio Eleitoral.

Em terceiro lugar, é o momento dos militantes do partido atacarem as bases das correntes do movimento operário que apoiam Tancredo. Nunca foi tão fácil mostrar o equívoco e o sentido traidor de suas políticas. É o momento de costurar novas alianças e proximidades com os setores populares do PMDB e do PDT.

Por fim, é hora de fortalecer a organização dos trabalhadores rumo à preparação da greve geral. O I Congresso da CUT, em São Bernardo, mais do que um símbolo ou manifestação dos interesses próprios dos trabalhadores, deve ser o fórum para organizar a ofensiva operária neste período decisivo da crise da ditadura.

Tancredo para mudar?

A candidatura Tancredo, se consolidada, terá que se compor com amplos setores do regime. Este barco navega para a direita e as correntes do movimento operário que embarcaram nela terão inevitavelmente um peso marginal em seus rumos.

A candidatura Tancredo nasce com a pretensão de ser mais do que uma candidatura que unifique as oposições. Ela já procura ganhar as cores de uma via de "união nacional": as três correntes stalinistas do movimento operário (o PCB, o PC do B e o MR-8) a apoiam; a esmagadora maioria do PMDB e muito provavelmente o PDT também; setores do PDS reunidos na chamada "Frente Liberal" prometem em caminhar em sua direção e grandes empresários já a saudam.

Não é de todo garantido que a candidatura Tancredo ao Colégio Eleitoral esteja consolidada. Principalmente lhe falta a garantia dos apoios à direita, das dissidências do PDS. De qualquer forma, ela já ocupa o centro das atenções da conjuntura política e começa a ser um pólo de atração.

Do ponto de vista dos trabalhadores, o que significa a candidatura Tancredo?

O que mudaria?

Seguindo as tendências da oposição moderada peemedebista e até mesmo para conseguir ter maioria no Colégio Eleitoral, a candidatura Tancredo vai ter que se compor com amplos setores do PDS e consolidar a simpatia no meio militar. O curso deste barco navega para a direita e as correntes do movimento operário que embarcaram nela terão inevitavelmente um peso marginal em seus rumos.

A revista *Senhor* de 11 de julho passado ajuda a esclarecer o programa político de Tancredo, através de informações colhidas junto a seus assessores.



Tancredo, em primeiro lugar, não pretende acionar a moratória da dívida externa e, na verdade, promete dar a ela um tratamento mais moderado até do que o do governo argentino, dirigido por Alfonsín. Neste contexto, é inevitável que a sua política econômica não traga grandes mudanças em relação à atual orientação, de cunho nitidamente anti-popular.

Do ponto de vista da apuração dos crimes de corrupção e assassinato da ditadura, Tancredo, como já afirmou várias vezes, pretende lavar as mãos. Os grandes escândalos financeiros envolvendo ministros e até o presidente da República continuarão sem apuração. Com toda a certeza, os organismos de repressão construídos nestes vinte anos de ditadura continuarão a existir.

Finalmente, em relação às liberdades democráticas, o projeto tancredista é tímido ao extremo. Eleições diretas provavelmente só em 1988 (como aliás previa a emenda Figueiredo). Não a

**Nem Maluf,
nem Tancredo:
por uma
alternativa
operária e popular**

uma Assembléia Constituinte e apenas a cessão de poderes constituintes ao Congresso eleito em 1986, muito provavelmente de acordo com as leis eleitorais conservadoras hoje existentes.

Em relação à legislação que regula a organização partidária e as atividades sindicais muito pouco ou apenas o acessório mudaria. Continuará instaurado o garrote da repressão sobre a esquerda e os trabalhadores.

Só mesmo a ingenuidade e a má fé podem esperar de um governo Tancredo mudanças importantes.

O anti-Maluf

Os apoiadores da candidatura Tancredo sabem disso. Por isso mesmo buscam um argumento em outro campo: trata-se de evitar o processo repressivo que se seguiria após uma eventual vitória de Maluf no Colégio Eleitoral. Dirigentes do PC do B já afirmam em público, por exemplo, que as resistências ao apoio a Tancredo são em parte estimuladas pela corrupção de Maluf.

O argumento tem a mesma lógica do

voto útil, usado e abusado nas eleições de 1982. Só que agora levado ao absurdo.

Ele parece inicialmente irrefutável já que Maluf se apoia em um leque de forças que abarca da direita à extrema-direita. Um governo tão desmoralizado como seria o de Maluf na presidência, tão isolado socialmente, teria que usar diretamente da repressão para manter-se no poder, chocando-se com o processo de ampliação das liberdades democráticas em curso.

O argumento em si mesmo é contraditório. Não há no mundo nenhum exemplo de algum governo burguês que tenha conseguido se manter no poder por muito tempo através da utilização de uma repressão generalizada, sem contar com uma base social estável. Um governo Maluf não encaminharia uma solução para a crise econômica, pois estará irremediavelmente preso nas engrenagens dos compromissos com o imperialismo; não unificará a burguesia e terá diante de si a oposição mais ampla, do movimento operário-popular às oposições burguesas. A ascensão de Tancredo ao poder não significará por sua própria dinâmica a ampliação da democracia para os trabalhadores. Muito pelo contrário, sua lógica pretende levar a um regime burguês apoiado em instrumentos legitimados de controle e repressão do movimento operário-popular.

Enfim, a equação Tancredo-democracia versus Maluf-ditadura é falsa. E a solução que interessa aos trabalhadores está, na verdade, fora dela, na defesa e fortalecimento de um projeto político independente.

CONCILIAÇÃO, ARROCHO E REPRESSÃO

Os trabalhadores têm na experiência da gestão de Tancredo Neves no governo de Minas Gerais um bom exemplo para compreender o que faria este homem na presidência da República.

Já no dia da posse, Tancredo enviava ao Planalto um telegrama com o seguinte teor: "Valho-me desta oportunidade para afirmar a minha integral lealdade e a do governo na sustentação de sua autoridade, na defesa de nossas instituições democráticas e no apoio aos seus patrióticos compromissos de consolidar a democracia em nossa Pátria".

Alguns meses após, promoveu uma cerimônia de entrega da Ordem Santos Dumont, grau ouro, a um sem número de políticos do regime, entre eles, o ministro do Planejamento Delfim Neto e o ministro da Fazenda Ernane Galveas.

Em outubro de 1983, Tancredo Neves, atendendo a convite de Figueiredo, tornou-se o primeiro governador peemedebista a subir a rampa do Palácio para entender-se com o governo federal.

Se à praça da Sé tornou-se um símbolo da luta contra a ditadura, não é mera coincidência a ausência de Tancredo nos dois atos decisivos nela realizados durante este ano. No dia 25 de janeiro, no primeiro grande comício pela diretas, Tancredo optou por ficar em Minas para receber uma comitiva do general Figueiredo; no dia 26 de junho, na véspera da votação da sub-emenda do go-

verno, Tancredo alegando uma providencial gripe, movimentou-se para Brasília a fim de fazer articulações de bastidores.

Gestão conservadora da economia

Com o argumento inconsistente de que "a técnica não tem ideologia, é neutra", Tancredo colocou na Secretaria do Planejamento e da Fazenda do governo mineiro os economistas Ronaldo Costa Couto e Luís Rogério Mitraud. Os dois técnicos serviram nas administrações arenistas de Rondon Pacheco, em Minas, e do almirante Faria Lima, no Rio de Janeiro. Além disso, o governador mineiro indicou para a presidência do Banco do Estado de Minas Gerais, Mário Garcia Vitella, ex-secretário da Fazenda de Minas, no governo Francelino. Através destas nomeações, Tancredo demonstrou a sua intenção de abrir pontes com a administração federal e harmonizar a gestão financeira do governo mineiro com a política econômica da ditadura.

Um severo arrocho salarial foi imposto aos professores de rede pública e ao funcionalismo estadual. Já em novembro de 1983, a moderna Associação dos Professores Pú-

blicos de Minas Gerais divulgava carta aberta acusando o governador de Minas de estar promovendo "o consenso" contra a educação e os serviços públicos e denunciando "a situação revoltante que o governo Tancredo Neves está criando para o professor mineiro". Em 1983, para uma inflação que superou a marca dos 200%, o funcionalismo recebia um reajuste de apenas 70%!

Foi assim que 135 mil professores e funcionários públicos mineiros foram à greve em abril passado, reivindicando a recomposição de seu poder aquisitivo. Em seguida, seria a vez dos professores da rede municipal insatisfeitos com o reajuste concedido pelo prefeito Hélio Garcia.

O argumento da falta de verbas — a justificativa apresentada para a implementação do arrocho, de acordo com uma política de austeridade — não foi lembrado, no entanto, para a abertura de três novas secretarias (Cultura, Transportes, Esportes e Turismo) com a finalidade de compor bases políticas de sustentação para o governo do estado.

Repressão ao movimento operário e popular

Dos governadores peemedebistas,

foi Tancredo Neves quem colocou em prática uma política mais agressivamente repressiva. O zelo em manter a "ordem", levou a Polícia Militar mineira a reprimir brutalmente uma manifestação dos trabalhadores das estatais em julho de 1983; atendendo aos pedidos da FIAT, os policiais cercaram a fábrica de Betim durante a recente greve dos operários metalúrgicos.

Durante a greve dos professores mineiros, além de ameaçar oficialmente com punições, Tancredo Neves criticou o destaque das emissoras de televisão à greve. No momento seguinte, diante da greve dos promotores públicos, Tancredo tomou pessoalmente a iniciativa de telefonar para as direções das emissoras com a "sugestão" de que nada fosse anunciado sobre o fato. Em março, foi a vez do movimento de mulheres ser cerceado em sua liberdade com a proibição de uma manifestação no centro da cidade.

O episódio mais revelador, no entanto, ficou para o dia da votação da emenda Dante de Oliveira quando a PM mineira reprimiu uma manifestação pelas diretas, tendo efetuado a prisão do próprio vice-presidente estadual do PMDB.

Esse homem é pura ideologia

Ao contrário da caricatura do político maleável, preso a interesses imediatos, Tancredo joga no futuro, sempre com os olhos à esquerda, atento ao perigo da rebelião das massas. Com tenacidade, o velho político de 75 anos — hoje o maior quadro político da burguesia — persegue o gigantesco objetivo de construir a estabilidade da dominação capitalista no Brasil.



Para entender Tancredo é preciso ir além da identificação de sua postura adesista, do seu jogo maleável de velho político do PSD mineiro. O velho político burguês, formado em anos de militância e que atravessou as várias crises do poder burguês, é pura ideologia e o que existe de cacoete ou maneirismo está a serviço dela.

O homem de 75 anos, que dorme cinco horas por dia e se entrega com paixão a seu ofício - o morreria sem a sua política, disse dele uma vez um assessor - persegue um gigantesco objetivo: o de construir a estabilidade de um regime político burguês no Brasil.

“O grande problema brasileiro é institucional. O país é jovem e dinâmico, sado. As instituições envelhecem depressa e não temos a agilidade para criar diplomas jurídicos que amparem as rápidas mudanças econômicas e sociais”, afirma Tancredo atento ao fato de que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e de enorme cial da luta de classes não foi acompanhado por um fortalecimento das instituições burguesas. O perigo à esquerda, das massas se emanciparem do controle está sempre aos olhos do velho político.

Respeitar as instituições é, assim, quase uma ão para Tancredo. O descrédito dos políticos perante o povo “lhe fere no fundo da alma”. Ele almeja uma Constituição “que o povo respeite, estime e defenda”. E o fato da figura de Figueiredo estar confundida com a do “chefe da Nação”, o faz má-lo mesmo “no seu temperamento, nos arroubos e explosões e até nas suas contradições”.

Tancredo trabalha pela passagem da ditadura militar a um outro regime burguês, mais legitimado. Com os olhos no perigo de uma rebelião popular, Tancredo vê esta passagem como um acordo burguês, por cima, sem rupturas. Daí, o “horror do radicalismo” anunciado sempre pelo velho político.

Construindo as pontes

Se o acordo com a ditadura militar é a condição para se atingir o objetivo de construir um regime burguês legitimado, é vital construir a ponte entre oposição e governo. E Tancredo se dedica a esta tarefa com a tenacidade de um homem que repetidamente carrega as pedras até o fim do morro para vê-las rolar logo em seguida. É preciso construir a ponte, mesmo contra a vontade dos opositoristas mais duros e dos situacionistas apegados ao poder.

Em 1978, respondendo a uma acusação do governo de que o PMDB estava infiltrado de comunistas, Tancredo respondeu ríspido “que o governo estava infiltrado de fascistas”. No ano seguinte, ele já estava empenhado em construir o partido da transição, “sem comunistas e farceiros”, o Partido Popular. Em março de 1981, Tancredo,

Cinco juízos sobre Tancredo

- **Tancredo Neves é um homem confiável para a conciliação nacional.** (De João Figueiredo ao deputado João Paganella (PDS/SC), em abril de 1984)
- **É um estadista cuja indicação repercutiria muito bem no Palácio do Planalto** (Leitão de Abreu, em abril de 1984)
- **Símbolo da lógica, do bom senso e do diálogo, acima das paixões. O maior político brasileiro da atualidade.** (Dos governadores do PDS, Divaldo Suruagi e Roberto Magalhães, em recente reunião da Sudene) ~

- **Um homem com respaldo popular, que seja aceito pelo povo brasileiro, que inspire confiança e, assim, possa implantar com êxito um plano de governo visando à superação da atual crise econômica.** (Do empresário Abílio Diniz, em junho de 1984).
- **O Golbery deve estar satisfeito. Tancredo, ao invés de se voltar contra o governo, fica fazendo coisas como esta contra a gente.** (De Ulisses Guimarães, quando da fundação do PP, em resposta à declaração de Tancredo Neves de que o PMDB seria o partido de Arraes e Prestes).

As frases marcantes e passageiras

- **É preciso fazer as reformas com urgência e inteligência política, senão elas se farão à nossa revelia, sem nós e contra nós, pela força e pela violência, levando de roldão na sua fúria muito do que deve ser preservado de nosso acervo jurídico e social.** (Em 1981, ao discutir no simpósio sobre reforma eleitoral realizado na Câmara dos Deputados).

- **Sensível às reivindicações sociais, o governo lhes dará apoio e solidariedade, enquanto se fizerem dentro dos limites da lei. Não admitirá, porém, a subversão da ordem, a depredação do patrimônio e a agitação contra a segurança e o trabalho de todos.** (Em março de 1983, no discurso de posse no governo mineiro).

- **Não se serve ao povo procurando somente insuflar as suas manifestações de natureza subalterna. É preciso servir ao povo muitas vezes contrariando o povo.** (Em março de 1983, em um discurso a empresários mineiros)

- **Sou dos que nutrem pelas Forças Armadas um sentimento de profunda admiração. O Brasil e nosso povo lhes devem serviços relevantes e inescusáveis. Alguns de seus deslizes estão plenamente compensados pela sua benemérita atuação.** (Em julho de 1984, em entrevista à Folha de São Paulo)

- **Eu respeito o presidente João Batista Figueiredo como Chefe da Nação, dentro da concepção clássica de que**

ele é o símbolo do povo brasileiro. Tenho por ele o maior acatamento como o chefe supremo das Forças Armadas, estimo-o como pessoa humana, nas características de seu temperamento, nos arroubos e explosões e até nas suas contradições. (Em fevereiro de 1982, em entrevista a O Globo).

- **Giesel não é apenas um ex-Presidente da República ou ex-General, é sobretudo uma grande expressão moral da Nação.** (Em fevereiro de 1984, ao receber a Medalha do Mérito Judiciário no Tribunal de Justiça de Minas).

- **É uma notícia totalmente falsa, totalmente mentirosa e sem nenhum fundamento** (Em janeiro de 1984, sobre um artigo publicado em um jornal carioca afirmando a sua disposição em candidatar-se ao Colégio Eleitoral caso as eleições diretas não fossem restabelecidas).

- **Fui um dos primeiros a ingressar no MDB, numa hora em que muitos não tiveram coragem para fazê-lo e serei o último a sair.** (Em abril de 1979, um pouco antes de sair do MDB para fundar o PP).

- **Qualquer presidente eleito pelo Colégio Eleitoral viverá um divórcio entre a Nação e o Estado. O Colégio Eleitoral não vai reunir-se para escolher o futuro Presidente da República, mas para escolher o síndico de um grupo que se nega a deixar o Poder.** (Em março de 1984, meses antes de se lançar ao Colégio Eleitoral).

1982, Tancredo fica no ar com o seu projeto e recua: o PP incorpora-se ao PMDB. Acossados, alguns pepistas reagem acusando o então senador de Minas de ter uma postura imediatista, esquecendo o papel que o çP poderia cumprir no futuro. Tancredo responde sabiamente: o PP sempre foi um partido com uma grande mensagem para o futuro. Seu compromisso, porém, é com o povo. É o compromisso da restauração da ordem democrática, que só se faz com a conquista do poder.”

No PMDB, Tancredo continua trabalhando para construir o instrumento, o partido ponte da transição. Já em final de 1983, fortalecido com a sua posse no governo mineiro, consegue eleger uma maioria moderada no Diretório Nacional do Partido e desbanca o “autêntico” Chico Pinto, do cargo de secretário-geral do partido.

Risco e aventura

Neste ano, Tancredo bate incansavelmente na tecla do candidato de consenso. E chama reiteradamente o general Figueiredo para coordenar a escolha do candidato que exercerá o mandato neste período de transição. O velho político burguês, porém, não encontra o interlocutor no general mediocre e em uma ditadura preocupada, antes de tudo, em administrar a sua crise íntima.

Com a campanha das diretas, Tancredo vai aos comícios. Mas não deixa de trabalhar um só momento para formar uma alternativa de negociação ao impasse. Quando a derrota da iemenda Dante de Oliveira ocorre, Tancredo já tem toda uma articulação para deslançar a sua candidatura para o Colégio Eleitoral, junto às dissidências do PDS.

Agora, festejado como o candidato da união nacional, capaz de vencer Maluf no Colégio Eleitoral e garantir a continuidade da transição democrática, Tancredo humildemente se oferece.

Tancredo acompanhou como testemunho direto a dramática crise do governo Getúlio Vargas que levou ao seu suicídio em 1954. Assistiria dez anos depois, iipotente, a radicalização da luta de classes ser resolvida por um golpe militar em 1964. Agora, vinte anos depois, ele procura se colocar no centro dos acontecimentos. Disse como justificativa que “o homem público deve estar sempre disposto a correr risco, mas nunca aventuras”.

Mergulha, porém, sobre o vazio. Nem a sua ideologia, nem a sua tenacidade, nem a sua experiência lhe permitirá contrariar a lei da história que condena as burguesias do capitalismo periférico, dependentes economicamente de imperialismo e incapazes de terem um projeto político próprio, a correr eternamente atrás da sombra de sua crise, fustigadas pela ira do povo e pela atualidade da revolução.

otimista, previa o fortalecimento do PP como “decorrência direta do esvaziamento do PDS” e afirmava que o partido seria o grande ator da transi-

ção” sem ódios, traumas e ideologias”.

Com a proibição das coligações partidárias na véspera das eleições de

PT rechaça candidato único no Colégio Eleitoral

As resoluções da última reunião do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores realizada no dia 7 de julho no Rio de Janeiro.

Um mês depois do notável empate na votação da questão da candidatura única das oposições, o Diretório Nacional do PT voltou a se reunir no último fim de semana no Rio de Janeiro para apreciar a conjuntura política e as tarefas do partido.

A questão da candidatura única já estava praticamente morta, uma vez que a máscara caiu e Tancredo Neves se evidenciou cristalinamente no seu propósito de concorrer no colégio eleitoral. E assim sendo, as forças anteriormente favoráveis a que o partido apoiasse o candidato da oposição burguesa, não mais insistiram na proposta.

O debate portanto ficou circunscrito à retomada das diretas já, sendo neste momento consensual o repúdio à candidatura única das oposições via colégio. Desta forma, a polêmica maior no Diretório esteve, por um lado, em torno de se, ainda assim, era o caso do PT aventar a hipótese de um programa mínimo comum das oposições, para um possível futuro candidato único nas diretas e, por outro lado, à questão da Constituinte.

No primeiro ponto, por iniciativa da

minoridade (integrante do Diretório via chapa 2 no último Encontro Nacional) o Diretório acabou aprovando, depois de acirrado debate, que o PT é contra um programa mínimo comum das oposições por entender que ele necessariamente não conseguirá abarcar e responder a interesses de classe distintos, entre de um lado a oposição conservadora e de outro os trabalhadores e demais setores populares.

Na segunda questão, depois também de acirrado debate entre prós e contras, ficou estabelecido que a próxima reunião do Diretório, dentro de dois meses, tomará um posicionamento definitivo sobre a Constituinte. No entanto, já de antemão, pode-se prever uma razoável maioria de favoráveis à tese, pesando no adiamento mais propriamente a necessidade das bases do partido ingressarem na discussão antes de um posicionamento final.

Por fim a reunião do Diretório traçou ainda algumas tarefas imediatas para a tentativa de retomada da mobilização pró-diretas já conjuntamente com outros setores da oposição (parlamentar ou não) cujo resultado vai expresso na resolução ao lado aprovada para divulgação pública.

Não ao Colégio Eleitoral

A nota aprovada pelo Diretório Nacional sobre a campanha das diretas

"O Partido dos Trabalhadores vem a público reafirmar sua luta pelas diretas já, contra o Colégio Eleitoral e contra qualquer candidatura à escolha indireta do presidente da República.

Não basta repudiar o Colégio Eleitoral da boca para fora. O PT não vai participar do Colégio Eleitoral. Vai continuar boicotando o Colégio de todas as formas, para derrubá-lo de uma vez por todas: tentando impedir sua regulamentação, conclamando todos os parlamentares a negarem quorum para a sua reunião.

O PT é firmemente contrário a qualquer candidatura por via indireta no Colégio Eleitoral, mesmo que ela queira se apresentar como de oposição. Um candidato indireto, qualquer que seja, será sempre uma saída para a crise do próprio regime, e nunca uma solução, mesmo paliativa, para os problemas políticos, econômicos e sociais da imensa maioria do povo brasileiro. Por isso, o PT não reconhece e não apoia uma "candidatura única das oposições" no Colégio Eleitoral.

O PT defende as diretas-já. Primeiro, é preciso definir quem vota: o conjunto dos eleitores. Só depois é que se deve definir quem será votado. O PT defende as diretas-já em dois turnos: no primeiro, o povo vota nos vários candidatos apresentados; no segundo, o povo escolherá

entre os dois candidatos mais votados em primeiro turno. Conquistadas as diretas-já, o PT decidirá o que fazer, em matéria de candidaturas.

Greve geral

A derrubada do Colégio Eleitoral, a conquista das diretas-já e as mudanças políticas, sociais e econômicas somente vão ser conseguidas com o povo organizado nas ruas, nas praças, nas fábricas, nas empresas, nas escolas, nos bairros, no campo. É preciso retornar às manifestações públicas, com intensidade maior, e partir para formas mais duras de luta popular: paralisações parciais e totais, articulações entre as greves econômicas setoriais e a luta política, e todo empenho na organização da paralisação cívica nacional contra o Colégio Eleitoral e por diretas-já, além do efetivo apoio à greve geral proposta pela CUT e pela CONCLAT.

Para essa luta popular o PT conclama todos os brasileiros, todos os setores democráticos e populares, todas as entidades de massa. O povo brasileiro tem de fazer sua opção: continuar na miséria, na exploração econômica e na opressão política ou mudar esse regime. A opção do PT é clara: pelas diretas-já, pela derrubada do Colégio Eleitoral, pela mudança do regime, pela democracia."

Assine
EM TEMPO

Um jornal
na luta pelas diretas-já

A Editora Aparte Ltda.
Rua Francisco Leitão, 58 — Pinheiros — SP
CEP 05414 — Fone: 852-8880

Estou enviando o cheque por uma assinatura anual ou semestral de jornal EM TEMPO.

Nome:
Endereço:
Cidade:
Bairro:
Estado:
CEP:

Assinatura anual: Cr\$ 7.000,00
Assinatura semestral: Cr\$ 4.000,00
Assinatura exterior anual: US\$ 35



Rio Grande do Sul Plenária decide deslançar a construção da CUT

Da sucursal

No último dia 23 de junho, realizou-se em Porto Alegre, a I Plenária Estadual da CUT, preparando o Congresso Estadual do Rio Grande do Sul. Aqui, EM TEMPO entrevista Sérgio Matte, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas.



— Qual a importância desta Plenária?

Matte — A importância da Plenária foi justamente a de abrir a discussão sobre a estruturação da CUT no estado, definir uma política de implantação e precisar a relação da CUT com o organismo unitário fundado no último ENCLAT/RS. Neste encontro se referendou a resolução de Fevereiro da Direção Nacional da CUT sobre a construção das CUTs Estaduais. Participaram 92 bases sindicais num total de quase 400 companheiros, entre estes mais de 10 sindicatos rurais. Foi o primeiro passo para a consolidação da CUT/RS.

— Na sua avaliação quais foram os principais pontos aprovados?

Matte — Em primeiro lugar, definimos a construção da CUT como uma necessidade imediata. Avançamos quanto aos encontros Municipais e Regionais e precisamos um plano de trabalho mínimo atendendo as tarefas de implantação da CUT, o que deverá culminar na realização do Congresso Estadual antes do Congresso Nacional marcado para 30/08, 01 e 02 de Setembro. Este plano de trabalho tem como prioridade uma campanha de filiação, finanças, divulgação da CUT e uma política mais definida de relação com as oposições sindicais combativas dentro de uma prioridade de crescimento do campo da CUT.

Os 12 membros da Direção Nacional assumiram a coordenação estadual até o Congresso.

Em segundo lugar, avançamos na discussão política, definimos formas de atuação no movimento que significam a continuidade de uma política de unidade alcançada aqui no estado.

— Por que demorou tanto uma articulação da CUT no RS?

Matte — Existiam dificuldades objetivas, os membros da CUT estavam envolvidos em diversas atividades, como dissídios, greves e eleições sindicais que se realizaram neste período. De outro lado, e principalmente, a indefinição de como combinar a estruturação da CUT, com pouca inserção ainda, com o organismo unitário estadual que propunhamos, anteriormente ao Congresso de São Bernardo, ser a Central Sindical gaúcha. A dificuldade de resolver esta contradição determinou em muito a ausência de qualquer iniciativa que implementasse de fato a construção da CUT no estado. Na prática, a CET/RS deixou de existir enquanto um organismo unitário após o Congresso de fundação da CUT, mas a experiência estadual de um movimento unificado, de manifestações massivas, levava as direções sindicais a uma indefinição no sentido de não aprofundar a divisão existente. Este procedimento estava levando o movimento a uma paralisia.

— A partir desta plenária avançou alguma definição sobre a relação do trabalho unitário com a construção da CUT?

Matte — Concluimos que a unidade do movimento deve ser buscada em outro patamar. Não existe possibilidade de uma unidade orgânica com o setor da CONCLAT, pois isto significaria a diluição da CUT. Devemos procurar a unidade em bases políticas. A resolução da 1ª Plenária de participar do ENCLAT unitário e defender a manutenção de um fórum intersindical que encaminhe um plano de lutas se combina com a estruturação regional da CUT. Ou seja, a Central Estadual de Trabalhadores deixa de existir já que temos o nosso projeto político de construção. O ritmo de construção da CUT é diferenciado segundo a experiência anterior de cada região mas não pode ser adiado.

A tarefa é aumentar a implantação da CUT, ampliar a sua base sindical e retomar as lutas que marcaram a trajetória do movimento sindical do Estado no ano passado, particularmente a da Greve Geral. Para esta retomada a I Plenária posicionou-se pela marcação de um calendário de preparação e pela não vinculação desta bandeira somente às eleições diretas.

Agora é trabalhar pela construção da CUT através da campanha de filiação e dos congressos municipais e regionais.

Construção Civil/Porto Alegre Oposição se lança para vencer

Os operários da construção civil da grande Porto Alegre estão em plena campanha pela conquista de seu sindicato. Em 1981, a atual diretoria pelega venceu com uma fraude colossal de 50% dos votos. Agora, a oposição, empunhando as bandeiras dos setores combativos do movimento sindical, se lança para vencer.



Da sucursal



Os peões da chapa 2

Cerca de 6% dos 70 mil trabalhadores da indústria de construção civil de Porto Alegre definirão — nos dias 1, 2 e 3 de agosto — o destino de seu sindicato nos próximos três anos. Concorrem a chapa de situação — continuidade da atual diretoria — e a chapa da Oposição Sindical, liderada por membros do comando de greve de 1979 e que foi capaz de aglutinar todas as demais correntes sindicais atuantes na categoria.

Este é o segundo enfrentamento entre as duas forças. Em 1981 a chapa situacionista venceu por 1.600 a 300 votos após uma difícil batalha judicial para garantir que a chapa 2 concorresse. Ex-apoiadores da situação denunciavam hoje que mais de 50% dos votos foram "enxertados" para favorecer a chapa 1 e garantir o quorum na primeira votação.

Para a Oposição Sindical, a chapa da situação é herdeira direta do peleguismo que se inscrustou no sindicato nos últimos anos, hoje com uma máscara de combatividade proporcionada pelo apoio dos apoiadores do **Hora do Povo**. Segundo Pedro Carletti, candidato à presidente pela Chapa 2, "a prática não é muito diferente. Nos três anos de gestão desta diretoria a categoria perdeu todas as conquistas da greve de 1979. Concorreu para isso o imobilismo imposto pela diretoria e as constantes manobras e agressões visando impedir a participação dos operários mais combativos nas assembléias de dissídio".

Manobras e mentiras

"Apenas duas novidades foram apresentadas por esta diretoria: o uso do sindicato como trampolim para a campanha política do presidente Ricardo Baldino, candidato à deputado federal em 1982, e o desconto de dois dias de salário dos operários, fora o imposto sindical obrigatório. Para dois membros da atual executiva que entraram na justiça contra Ricardo Baldino, este desconto extra visa tapar, uma dívida de Cr\$ 180 milhões contraída pela diretoria."

Ainda de acordo com Pedro Carlet-

ti, "perto das eleições as manobras enganosas da diretoria são mais ousadas. No final do dissídio deste ano, Ricardo Baldino anunciou a conquista do maior piso salarial do Brasil. Na verdade, os patrões deram somente o INPC expurgado de 66,2% e posteriormente um abono de 3,8% a ser descontado em dezembro. No seu afã de manter-se no sindicato, a diretoria deixou de denunciar junto aos trabalhadores a manipulação realizada com nossos salários pelo governo. Deixou de dizer também que a maioria dos setores profissionais da categoria continuam sem piso salarial".

Evitar as fraudes

De acordo com Pedro Carletti, todas as atitudes da diretoria contribuíram para seu isolamento na categoria e dentro do movimento sindical, fortalecendo perante os trabalhadores a alternativa combativa representada pela chapa 2. "Nossa categoria é uma das mais atingidas pela atual política econômica do governo, sendo que o desemprego já atingiu 64,2% com relação à 1979. É necessário enfrentar esta situação com muita Mobilização e organização da categoria, o que a chapa 1 certamente não pretende fazer."

O programa da chapa 2 defende a independência dos sindicatos frente ao Estado, a luta sistemática contra o arrocho salarial e o desemprego, a organização dos operários em obras e nos locais de moradia, além de voltar todas as atividades do sindicato para a defesa dos interesses da categoria. Defende também a construção de uma única central de trabalhadores, democrática, pela base.

"Temos certeza de que, se conseguirmos impedir a repetição das fraudes de 1981, venceremos estas eleições", afirma Pedro Carletti, "apesar de todas as dificuldades materiais que enfrentamos e da grande dispersão produzida pela crise econômica em nossa categoria, hoje pulverizada em centenas de pequenas obras. Por outro lado, a nossa campanha está ligada ao movimento popular da grande Porto Alegre, o que deverá deixar um saldo organizativo muito importante no final das eleições."

Greve

A greve dos professores universitários caminha com força para o seu segundo mês. É a mais longa greve de trabalhadores brasileiros depois de 1964.

Além dos 35 mil professores universitários, encontram-se em greve 65 mil servidores das universidades federais autárquicas, 10 mil médicos residentes e 50 mil servidores da Previdência Social. São quatro greves nacionais contra a política do arrocho salarial e do drástico corte de verbas para a saúde e educação.

Por Américo Bernardes e Magda Flores



19 Universidades, 8 Escolas Isoladas e 350 mil alunos sem aula

Esta é a quarta greve nacional dos docentes universitários mas foi só em maio do ano passado que houve a primeira greve articulada de mais de um setor do serviço público federal. Como não tinha havido uma coordenação nacional anterior, a greve demonstrou uma fragilidade que levou a que as suas reivindicações não fossem atendidas: somente após 40 dias de greve dos trabalhadores de São Paulo, estados importantes como Minas Gerais iniciaram a se movimentar. Procurou-se, por outro lado, a realização de assembleias estaduais gerais na categoria, um passo decisivo para trabalhadores cuja representação sindical é atomizada em um sem número de entidades. No entanto, estas assembleias muitas vezes não contavam com a participação representativa de setores importantes, como as do movimento dos professores.

A partir do fim da greve, foram realizados o II Encontro Nacional dos Servidores Públicos Federais e o III Congresso Nacional da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior. Na avaliação feita no Congresso da Andes, o setor das autarquias decidiu, por maioria das delegações, que o processo de mobilização para o primeiro semestre deste ano seria feito de forma articulada com os demais setores do funcionalismo federal, privilegiando-se o contato com os servidores das universidades federais.

A greve em cadeia

Em março deste ano, a Andes entregou uma pauta de reivindicações ao governo com duas reivindicações: a reposição do poder aquisitivo dos salários, isto é, 64,8% de reposição e reajuste semestral com base em 100% do INPC; uma dotação de verbas que garanta o pleno funcionamento da universidade.

Após um longo período de espera de uma resposta por parte do MEC, os docentes universitários resolveram deflagrar a greve. O governo manobrou imediatamente editando um decreto que concedia uma gratificação salarial de 20% aos servidores das universidades, procurando isolar o fogo grevista na universidade. A gratificação salarial foi insuficiente, no entanto, para conter o ímpeto reivindicatório de uma categoria que tem 40% de seus membros recebendo vencimentos abaixo do salário-mínimo. Os servidores entrariam em greve e, logo em seguida, o movimento se alastraria aos médicos residentes. Quando, finalmente, foi revelado o índice de reajuste de 65% do serviço federal, seria a vez dos servidores da Previdência Social paralisarem, embora não em todo o país.

Uma greve mais forte

A greve já reflete os avanços de consciência e organização dos funcionários das universidades

Um local onde se pode constatar os avanços desta greve é a Universidade Federal do Paraná. Até mesmo setores tradicionalmente conservadores e avessos ao movimento dos docentes aderiram à greve. Há uma grande participação dos professores nas comissões, atividades e assembleias. Também como sinal deste avanço, percebe-se um melhor funcionamento organizativo das estruturas da greve, das organizações locais ao Comando Nacional.

Recentemente, o diretor do Hospital das Clínicas de Curitiba apelou à polícia no sentido de garantir o fun-

cionamento do refeitório do hospital. No entanto esta iniciativa não intimidou o movimento que exigiu a imediata retirada da polícia. Como muito bem colocou uma professora do Comando de Greve, face à declaração de que a polícia havia sido chamada para manter a ordem: "o que garante que o movimento seja ordeiro é a sua própria organização e não a polícia".

Esta é uma demonstração clara da disposição de luta existente hoje nas universidades e que permitirá ao movimento enfrentar outras investidas por parte daqueles que apostam em sua derrota.

Uma greve de fôlego longo

São muitos os exemplos da disposição dos grevistas de resistir às investidas repressivas já anunciadas pelo governo.

Os funcionários encontram-se parados em 17 das 19 universidades autárquicas e em 8 dos 9 estabelecimentos de ensino superior do país. A pauta de reivindicações combina exigências salariais imediatas à defesa da universidade e a democratização de suas instâncias de decisão.

Os funcionários só recentemente vêm superando a atomização e o atraso organizativo. Podemos dizer, entretanto, que o aprendizado da categoria tem sido rápido. As greves confirmam seu potencial de mobilização. Nesse período produziu uma vanguarda capaz de se apresentar como direção para o movimento, inclusive, tomar a FASUBRA - Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras que se encon-

trava na mão dos pelegos desde sua fundação.

Essa maior experiência tem se refletido na condução da greve deste ano. Está claro para a categoria que para arrancar concessões do MEC numa conjuntura de crise econômica é necessário mostrar que ela é capaz de sustentar uma greve longa.

Independente do resultado, a greve já apresenta como saldo o desgaste dos pelegos que controlam ainda algumas associações. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro ficou claro o total isolamento do pelego Zezinho. Assim, nas próximas eleições para a ASUFRJ a chapa de oposição **A Luta Continua** tem todas as chances de esmagar a pelegada. (Roberto Rodrigues, diretor da Fasubra).

Arrocho e asfixia

A vitalidade da greve dos professores universitários tem a sua raiz, em primeiro lugar, na inacreditável quebra do poder aquisitivo da categoria. Após o reajuste de 65% em julho, os salários dos professores universitários terão um valor real igual a 50% do que valiam a dezoito meses atrás! Em segundo lugar, a vitalidade do movimento repousa na indignação contra a brutal asfixia financeira da universidade levada adiante pelo governo: as verbas destinadas às universidades federais, que tiveram a sua participação no orçamento

diminuída desde 1964, sofreram uma forte erosão no último período: elas correspondem hoje apenas a 37,2% do seu valor em 1980.

O projeto de "equiparação salarial"

Esta vitalidade surpreendeu o governo, que procurou jogar com o desgaste do movimento através das idas e vindas de sua proposta básica, o projeto de "equiparação salarial". Um dos argumentos sempre levantados pelo governo é o de que os professores das fundações federais de ensino superior recebem mais do que os das autarquias.

Dentro da ótica da ditadura, são os professores das fundações que recebem muito e, portanto, devem ter seus salários rebaixados.

Com este objetivo, o governo enviou um projeto ao Congresso Nacional que pretende equilibrar no prazo de três anos os salários das universidades autárquicas e das fundações. Esta equiparação prevê que os professores das fundações terão seus salários regidos pela política salarial do conjunto dos servidores federais. Desta forma, a fim de evitar que o movimento grevista se ampliasse, com a possível entrada em greve das fundações, o governo esperou o recesso do Congresso Nacional e o final do semestre letivo para apresentar seu projeto acabado. E agora, ameaça com punição e ameaças pela voz da ministra da Educação em cadeia nacional no início de julho.

Em julho, a travessia do deserto

Com o avanço da politização do movimento, sua força e a perspectiva de ampliação ao conjunto das universidades federais, o governo procurará cada vez mais e gradativamente recorrer a medidas repressivas. Ficará cada vez mais claro para o conjunto dos professores que o obstáculo principal à conquista de suas reivindicações não é uma ministra fraca e incompetente (apesar de ser inegável a sua total incapacidade de lidar com o movimento ou com as questões da educação).

O obstáculo fundamental é o mesmo que impõe a política do arrocho salarial ao conjunto dos trabalhadores, que impede a realização de eleições diretas para presidente. Por isso, é importante que, paralelamente ao debate sobre os rumos do movimento, se aprofundem as discussões sobre as relações com os demais setores e categorias de trabalhadores, em particular a realização do Congresso Nacional da CUT e a deflagração da greve geral no país.

A greve dos professores já completa dois meses de duração. Neste mês de julho, o movimento enfrenta uma situação particular que é a de um esvaziamento em várias frentes de apoio (Congresso em recesso, férias escolares) e também deverá enfrentar uma radicalização por parte do governo. Este mês será, portanto, como uma travessia do deserto.

Garantir a mobilização, fortalecer o movimento e as suas entidades é a tarefa principal para o período imediato. Ao lado disto, o aprofundamento da compreensão da conjuntura e dos rumos da greve é fundamental para que novos passos possam ser dados na direção da construção da universidade pública, gratuita, autônoma e democrática.

Greve

Em Volta Redonda, uma greve rompeu um silêncio de 43 anos na Companhia Siderúrgica Nacional. Durante cinco dias, os operários mantiveram sob o seu controle a maior siderúrgica da América Latina, iniciando a derrubada do regime do arrocho e de opressão na CSN.



Os operários ocupam a usina: com as mãos levantadas, a decisão de parar

Em clima de vitória, certos de que sua maior conquista foi política, os metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional suspenderam a sua greve, depois de cinco dias com a usina ocupada. Tendo como reivindicações centrais a equiparação salarial com a Cosipa, a estabilidade no emprego, a elevação em 100% da remuneração na hora-extra e melhores condições de trabalho, conseguiram obter um limite nas demissões mensais em 20 (numa empresa com mais de 25 mil trabalhadores), uma elevação média do salário em 10% acima do INPC, nenhuma punição aos grevistas e ao comando, além de outras reivindicações menores. Para os operários das empreiteiras, estabeleceu-se um piso salarial de 40% acima do salário mínimo.

As conquistas econômicas não foram grandes, nem se pode dizer que o acordo satisfizesse os metalúrgicos. Mas o que fez, então, os metalúrgicos decidirem, por unanimidade, a suspensão da greve? Ninguém, a não ser quem vê os operários como massa de manobra sem vontade própria, poderia dizer que foi por causa do prestígio do presidente do

sindicato.

Depois de cinco dias de greve por ocupação, com dezenas de assembleias dentro da grande usina siderúrgica, os operários amadureceram muito sua consciência. Nestas discussões entenderam que haviam obtido uma vitória política, ganhando um enorme espaço dentro da fábrica para continuar sua organização e, que enfrentavam não um patrão individual (que sempre é pressionado pelos prejuízos econômicos de uma greve) mas o governo cuja preocupação central não era o prejuízo diário de Cr\$ 5 bilhões mas derrotar politicamente o movimento. Foram estas razões que levaram as assembleias de 24 de junho — que aliás já havia demonstrado sua autonomia frente ao presidente do sindicato e ao comando, ao recusar, um dia antes, sua proposta de encerrar a greve — a escolher o momento de suspender a greve.

O processo final da greve teve seus momentos decisivos entre as duas assembleias finais. Após a de sábado, foram realizadas várias assembleias no interior da usina ocupada. Os operários avaliavam as consequências frente

às duas alternativas postas ao movimento: parar a greve, num clima de vitória, para garantir os êxitos organizativos, ou continuá-la e entrar num caminho incerto, cujos desdobramentos eram já previsíveis: as negociações já encerradas, intervenção no sindicato, listas de demissões legais (decretada a ilegalidade da greve) e até o risco de invasão militar da usina. Neste caso, o final do movimento era absolutamente imprevisível.

A divisão na diretoria

Mas também pesou naqueles momentos, e muito, a divisão já flagrante dentro da diretoria do sindicato. Se uma greve destas proporções, enfrentando diretamente a ditadura, já é um processo de luta duro, com a divisão ele se tornará mais difícil ainda, reduzindo a capacidade de conquista do movimento.

A divisão ocorreu entre um setor minoritário da diretoria e o presidente do sindicato, a partir de divergências pouco esclarecidas: se manifestou mais claramente em dois momentos. Na deflagração da greve, onde o setor minoritário se lançou cegamente contra o presidente, em torno de uma divergência muito secundária sobre o início da greve.

Nesta assembleia foram derrotados por unanimidade.

Nas assembleias finais, desrespeitando o próprio comando de greve do qual fazia parte, o setor minoritário da diretoria procurou dirigir os trabalhadores numa linha economicista, que até aquele momento diziam criticar. Durante a greve, portanto, privilegiaram, a todo instante, a sua luta sectária contra o presidente do sindicato e não a condução unitária do movimento contra a empresa e o governo.

O sindicato fortalecido

O que permitiu superar esta situação foi a própria forma de greve, que impunha uma discussão intensa e permanente no interior da fábrica, garantindo, assim, a unidade necessária para uma saída vitoriosa para o movimento.

Apesar das poucas conquistas econômicas, os operários conseguiram quebrar a estrutura de poder dentro da fábrica e criar uma organização por local de trabalho, que sai inteira da greve, e pode agora se consolidar. Ao mesmo tempo toda a categoria se volta para o sindicato, procurando sindicalizar-se em massa e construí-lo como um autêntico órgão de luta de classe.

Assim foi ocupada a usina

EM TEMPO ouviu o metalúrgico Wagner Barcelo, que participou da Comissão de Negociação eleita em assembleia. Aqui, ele mostra como a tática de ocupação da usina funcionou como o coração da greve, coesionando e organizando os trabalhadores.



Durante todo o dia, as assembleias organizavam os trabalhadores

Wagner, como surgiu a idéia de fazer a greve por ocupação?

Wagner — A discussão se dirigiu, se vinculou quase que naturalmente com a ocupação. É a melhor forma para enfrentar a repressão ou até para não enfrentá-la nos piquetes fora da fábrica, mas o principal é que era a forma de garantir uma discussão constante de tudo que se passava. Era, para nós, a melhor garantia da unidade do movimento. Para muitos de nós a ocupação era vista como uma das formas mais avançadas de greve. Virou uma certeza para toda a categoria depois do sucesso da ocupação que realizamos antes da greve: uma ocupação por quase duas horas da usina, em que nos concentramos em quatro pontos e discutimos a preparação final da greve. Depois disso, greve e ocupação era praticamente a mesma coisa.

E a organização lá dentro da usina? Dê uma idéia de como se mantinha o pessoal informado, as assembleias, o trabalho do comando...

Wagner — Olha, a primeira coisa, até para entender nossa greve, é ver que a organização do movimento estava na consciência de todos os companheiros. Nossa preparação para a greve, desde as reuniões dentro da usina, as assembleias de bairro, a ocupação, as grandes assembleias (e cada uma maior que

a outra, sendo que na final estavam praticamente todos os operários que não estavam trabalhando naquele momento), criou um sentimento coletivo de que a organização da categoria era a nossa principal arma. Parecia até que todo mundo queria, naqueles dias da greve recuperar os 43 anos sem qualquer greve.

O comando de greve, que trabalhou dentro da usina — a diretoria não podia entrar, por proibição da empresa — saiu deste processo de preparação, mas também incorporou muitos companheiros durante a greve. Na verdade, era um conjunto muito grande de companheiros se responsabilizando pela coordenação do movimento. Havia muita coisa para organizar: as passagens principais de entrada da usina, o recebimento das refeições, a manutenção dos equipamentos essenciais, as assembleias, o contato com o apoio e a diretoria do sindicato.

Lá dentro o nosso principal meio de informação, de contato, eram as assembleias por setores. Todos os esclarecimentos se faziam por aí. Só eram atendidas as informações do sindicato e do comando, e as assembleias serviam, e muito, como forma de acabar com a central de boatos, de todo o tipo, que circulavam. Mas, principalmente, eram os momentos de revigorar

o ânimo de todos: sentíamos ali a nossa força e união, resolvíamos ali democraticamente todas as questões que apareciam. Era o coração da greve. As assembleias eram diárias, às vezes com duas ou três por dia, reunindo mais de três mil trabalhadores.

Uma parte dos equipamentos foram mantidos em funcionamento, para que não se danificassem. Por que esta decisão e como se organizou para isso?

Wagner — Quando decidimos por uma greve com ocupação da usina, ficou sob nossa responsabilidade tudo que estava ali dentro. E desde as primeiras discussões sobre a greve já sabíamos que a empresa podia jogar com o problema da manutenção de alguns equipamentos, como a coqueria, que corriam o risco de, se desativados completamente, sofrerem danos sérios. Ia jogar ou para criar uma imagem de que estávamos destruindo um patrimônio construído com o dinheiro do povo ou para querer mantê-los em funcionamento normal. Mas a decisão da categoria foi muito firme: a greve era contra o governo e não contra a máquina; sabíamos até que se fossem perdidas, isso poderia significar também perder uma fonte de emprego. Por isso o sindicato tomou conta da manutenção dos equipamentos, funcionando-os no nível mais baixo, fazendo escalas de

trabalho. A empresa inclusive mandou ao sindicato um número de trabalhadores para esta manutenção muito acima do que era necessário. O sindicato reduziu este número a mais ou menos 10% do que normalmente trabalha. Ao final da greve, podíamos mostrar que com a nossa organização, nem um parafuso foi danificado.

— Os piquetes de controle de entrada da usina tiveram algum problema?

Wagner — Não, nenhum problema importante. O piquete nas saídas foi muito mais um símbolo da ocupação do que um meio de controle. Grande parte dos trabalhadores chegou a sair para encontrar com a mulher, filhos, comprar cigarros, mas ninguém deixava de voltar porque sabiam que a ocupação tinha de ser mantida, que seus companheiros estavam lá dentro lutando por uma causa comum. A solidariedade que foi sendo criada entre os companheiros fez, mais do que outra coisa, mais até do que uma discussão, criar uma união muito forte. E era uma solidariedade em tudo: na distribuição das refeições, nas assembleias, na manutenção, e até no cigarro que às vezes faltava. Se em algum momento houve ameaça de quebrar esta união, logo se conseguia reunir e prevalecia as decisões da maioria.



A CUT se constrói em São Paulo

Estão sendo ultimados os preparativos para a realização do I Congresso da Central Única dos Trabalhadores, nos dias 24, 25 e 26 de agosto em São Bernardo do Campo. Os desafios colocados para este Congresso se apresentam claramente em seu temário: situação política nacional, desdobrando na discussão da política econômica, da situação política geral, da questão agrária e da questão sindical; avaliação da estruturação e implantação da CUT; modificações estatutárias; eleição da nova direção.

O I Concut tem um significado todo especial para os trabalhadores brasileiros. Ele

deve expressar toda o ascenso recente evidenciado tanto na onda de greves como nas vitórias importantes das oposições sindicais sobre pelegos importantes. É certamente este o momento decisivo para deslanchar a construção da CUT.

Além disso, O I Concut tem o dever de se transformar no grande fórum operário de rejeição dos projetos burgueses em curso, expressos na candidatura continuista da ditadura e no projeto de "união nacional" de Tancredo Neves, e de afirmação de uma alternativa operária e popular para a crise po-

lítica e econômica do país. Esse significado assume uma importância tanto maior quando se sabe que as forças reunidas na Conclat jogam todo o seu peso no apoio à candidatura de Tancredo Neves.

Em São Paulo, dois meses após a realização do Congresso Estadual da CUT, EM TEMPO entrevista Osvaldo Bargas, ex-diretor cassado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e atual secretário-geral da CUT estadual, avaliando a realização destes congressos e a preparação do Congresso Nacional.

Por Laan Izidoro

— Qual o balanço destes dois meses da direção estadual da CUT em São Paulo?

Osvaldo — A realização dos congressos regionais em mais quatro regiões de estado são o marco mais importante. Com eles, aliviam-se as atribuições da direção nacional, na medida em que se distribuem responsabilidades, envolve-se mais sindicatos com as suas direções na construção mais efetiva, mais cotidiana da CUT. Esse crescimento mais orgânico é muito valioso na medida em que hoje a CUT estadual e as regionais recém-eleitas já estão atuando em todo o movimento sindical. Temos casos concretos, como o da greve da Bombril, que teve a sua preparação dirigida pela regional do ABC e, ainda mais, numa greve em um supermercado de S. José dos Campos, em que a direção da CUT negociou com a empresa. Temos aqui em São Paulo, a intervenção na campanha das diretas, quando a CUT distribuiu um boletim próprio, e a sua presença no apoio às oposições em eleições sindicais, nestes últimos dias. Interessante é que estas chapas de oposição concorrem com o nome da CUT, divulgando-o e, nesse sentido, está havendo uma ajuda mútua, entre a direção da CUT e os trabalhadores que a apoiam.

— E a nível de apoio ao movimento sindical?

Osvaldo — A CUT tem organizado seu trabalho em secretarias. Temos aqui, que diferenciar o apoio possível e o apoio necessário. Temos que ter claro que as Federações baseiam a sua política no imenso aparelho que possuem, numa prática clientelista. A maior parte dos sindicatos do interior não tem sede, ela é da Federação; não possuem corpo jurídico, utilizam o da Federação, e assim por diante. Era necessário que a CUT pudesse oferecer além do apoio político que estamos agora tentando implementar, também um apoio estrutural. Agora, o que podemos fazer, dentro das nossas possibilidades, é dar condições políticas, contribuir para que cresçam o número de militantes e ativistas sindicais mais politizados e que revertam esta situação. Nós estamos estruturando cursos de formação para as oposições sindicais, cursos de negociação, cursos de formação política, de administração do aparelho sindical etc. São um total de 17 cursos, que a secretaria de formação está preparando e que poderemos oferecer ao movimento sindical. No campo da imprensa, estamos discutindo um projeto para a saída de um jornal mensal, que abrangerá o conjunto de informações das principais lutas, sejam elas lideradas pela CUT ou por quem quer que seja. E temos a preocupação de enfatizar tanto a atividade sindical urbana, como o rural, que hoje vive uma situação muito explosiva no estado. Para is-

so, estamos realizando um mapeamento de todos os sindicatos e agrupamentos a nível rural e urbano. Com este levantamento feito, a CUT estará presente, e já está fazendo isto, nas campanhas salariais, nas greves, nos conflitos de terra.

— E qual o balanço que temos da realização dos Congressos Regionais?

Osvaldo — A preocupação central que temos tido é o da representatividade dos congressos, e o trabalho que as direções regionais vão desenvolver. Na regional da região de Campinas, Sorocaba, Piracicaba, por exemplo, a CUT tem estado presente na vitória nas eleições dos metalúrgicos de Campinas e Limeira. Isto é a verdadeira representatividade. Na baixada santista, que sempre foi vista como o reduto de setores ligados à Conclat, que possui um de seus mais importantes dirigentes, o Arnaldo Gonçalves dos metalúrgicos de Santos, a sua base o atropelou na greve da Cosipa. Estar ali, apostando em sua construção, em cada luta, é um dos desafios que a CUT tem de assumir para adquirir representatividade. Por outro lado, já na região de Ribeirão Preto, existe apenas uma comissão pró-CUT porque hoje não existem condições para criar uma regional que desempenhasse este papel, face ao pequeno número de sindicatos que a apoiam. A direção estadual pretende também envolver as regionais no processo de organi-

zação e preparação do Congresso Nacional. Vamos discutir o temário com a base para prepararmos bem a nossa participação no Congresso. Concluindo, o maior saldo destes congressos não é apenas o cumprimento das deliberações dos Congressos nacional e estadual, mas a ação que estamos desenvolvendo nas lutas que estão ocorrendo.

— E as reuniões Cut/Conclat. como tem sido as relações no momento?

Osvaldo — Bem, eu falo em meu nome pessoal. Não existe hoje enquanto uma central o que se chama Conclat. E nem a CUT que nós queríamos que existisse nós temos. Enquanto proposta de uma central existe a CUT, na medida em que os trabalhadores a reconhecem por sua atividade, porque ela tem uma política voltada para os interesses dos trabalhadores. Por outro lado, muitas categorias estão lutando independentemente das direções sindicais. O caso da Cosipa é um exemplo disto, como eu disse acima.

— Mas a Conclat está impedindo o desenvolvimento da greve geral, por exemplo?

Osvaldo — Nós temos que ter claro que pior que a Conclat é a estrutura sindical e a ditadura. Se fossem garantidas eleições sindicais livres e democráticas, o Joaquim já não era presidente dos metalúrgicos de São Paulo. E quando nós ganharmos o sindicato do Joaquim acabou a Conclat.

Realizado Congresso na Grande São Paulo

A CUT dá o primeiro passo para se construir na principal região operária do país.

Por Laan Izidoro



— Qual o balanço que você faz do Congresso Regional?

Paulo — O Congresso Regional da CUT foi uma vitória do sindicalismo combativo da região. Primeiro porque dá início ao processo efetivo de construção da CUT na região. Segundo, porque articulou um importante apoio à chapa única de oposição metalúrgica e, enfim, porque este congresso pode vir a se constituir em um marco para a superação das debilidades de sindicalismo classista nesta região fundamental.

— Você acha que o congresso foi representativo?

Paulo — No essencial, sim. Até mesmo os aspectos que revelavam fragilidades, desorganização, pequena presença de delegações operárias, foram representativos, porque queiram ou não o movimento pela CUT nesta região apresenta estas limitações. Havia, entretanto, distorções secundárias, manifestada na presença exagerada de delegações ligadas a alguma correntes políticas que não tem, a meu ver, o grau de representatividade no interior do movimento sindical da região, que conseguiram expressar no Congresso. Mas o erro não é destas correntes políticas que, legitimamente, tentaram e conseguiram superestimar suas delegações, dentro das regras do jogo. O erro foi dos setores que realmente tem o peso maior no movimento sindical da re-

A CUT realizou seu congresso na região da grande São Paulo nos últimos dias 22 e 23 de junho. Tendo como preocupação central, além da sua constituição, a de implementar de fato a construção da CUT junto à base na região, a discussão teve uma grande preocupação com questões objetivas, como o apoio à oposição metalúrgica de São Paulo, em campanha, a participação na campanha das diretas, entre outros. Por outro lado, refletiu polêmicas em torno a eleição de delegados e a proporcionalidade na Comissão Executiva.

A região abrangida pelo congresso é a mais vital de todo o país, representa o maior proletariado e é decisiva no processo da luta operária no Brasil. No entanto, os maiores e mais importantes aparelhos sindicais, como o dos metalúrgicos, da construção civil, dos comerciários, entre

outros, estão hoje sob o controle da burocracia sindical, seja policial ou reformista.

No campo do sindicalismo combativo, empenhado na construção da Central Única dos Trabalhadores, as direções sindicais restringem-se aos Sindicatos dos químicos, vidreiros, coureiros, material de segurança, dos jornalistas, e a maioria da diretoria cassada dos bancários. Além destes sindicatos, a CUT conta com o apoio parcial da diretoria do sindicato dos médicos, artistas, cal e gesso, entre outros. Assim, cumprem um papel importante os militantes de oposição sindical.

EM TEMPO entrevista Paulo Skromov, presidente do Sindicato dos Coureiros e membro da executiva estadual da CUT, um dos quatro presidentes de sindicato presentes ao Congresso.

gião e que participaram com delegações muito aquém de suas reais possibilidades. Que sirva de lição e que nos próximos congressos valorizem adequadamente sua participação, evitando distorções desta natureza.

— No início do congresso, sua delegação votou favoravelmente à participação dos delegados eleitos em plenárias que não obtiveram o quórum?

Paulo — Temos que esclarecer que somos contrários a este tipo de participação, como regra. Entendemos que os critérios definidos no estatuto da CUT, devem ser aplicados tanto para as oposições como para as entidades. Agora, neste caso específico, a comissão organizadora havia definido a participação com este critério, e haviam sido eleitos delegados em plenárias que contaram com a participação de membros da Comissão Organizadora. Por isso, não poderíamos, na última hora, alterar as regras do jogo. Agora, e é bom frisar, isso não deve se repetir. Por outro lado, a participação destes delegados de forma alguma comprometeu a representatividade do congresso, na medida que não eram mais do que 12 companheiros nesta situação.

— E quanto a proporcionalidade na formação da direção? Ela é correta?

Paulo — Sim. A proporcionalidade é um avanço em relação a situações anteriores. Em razão disso, defendemos que nas duas direções eleitas no congresso, a direção da CUT da grande São Paulo e sua Comissão Executiva, a proporcionalidade fosse aplicada, mesmo que em detrimento de um representante de nossa delegação. O que está errado, é o fato do estatuto obrigar a eleição de duas direções, uma da Comissão Executiva e outra da direção plena, quando deveríamos

eleger apenas um corpo dirigente, conferindo-lhe poderes para eleger uma Comissão Executiva ou não. Por exemplo, não existe sentido em eleger uma comissão executiva, numa direção composta por sete companheiros. A vantagem disso é que, quando fosse o caso, a Comissão Executiva teria um funcionamento melhor, pois o seu mandato não teria prazo determinado, podendo ser revogado. Este é um ponto que está a ser, de forma urgente e imediata, revogado. E esperamos que o Congresso corrija este grave erro.

— Mas, se o Congresso aprovasse esta alteração, como ficariam as Comissões Executivas eleitas?

Paulo — Nesta caso a interpretação me parece muito clara. O estatuto que estiver vigorando é que determina as regras das questões orgânicas. O que vale dizer, as Comissões Executivas de nível estadual e regional ainda que eleitas em congresso nesses níveis, devem se subordinar a esta mudança estatutária. Devem ser referendadas pelas direções eleitas e aí sim, a CUT terá uma arma para corrigir as distorções existentes.

— Quais distorções?

Paulo — Elas se manifestaram na eleição da Comissão Executiva eleita no Congresso Regional da grande São Paulo. Formalmente não há nenhuma distorção, pois as chapas compuseram proporcionalmente a Comissão executiva eleita no congresso. Mas há uma distorção prática muito grave, que foi a exclusão de três dos quatro únicos sindicatos operários que apoiam decididamente a construção da CUT na região. Foi correto eleger o companheiro Domingos, presidente do sindicato dos químicos. Foi correto eleger o companheiro Gabriel Romeiro, presidente do sindicato dos jornalistas, assim como foi correto eleger o companheiro Rodolpho, da dire-

toria do sindicato dos médicos e o companheiro Luis, da diretoria cassada dos bancários. Mas foi um grave erro político excluir o companheiro Gomes, diretor do sindicato dos vidreiros. Isto criou uma distorção na composição operária da Comissão Executiva que ficou reduzida a 20%, eliminou a possibilidade de agrupar organicamente um sindicato operário importante e combativo, como é o dos Vidreiros (que possui 25 mil operários na base), enfraquecendo a Comissão executiva em termos políticos e materiais. E eliminou-se um setor político expressivamente representativo do movimento sindical na região na composição da Comissão Executiva. E evidente que tanto o Sindicato dos Vidreiros, dos Coureiros e de Material de Segurança continuarão jogando toda a força na construção da CUT, conforme fiz questão de declarar ao plenário do Congresso no final do último dia, mas isto obriga a atual Comissão Executiva, pelo menos até a provável reforma dos estatutos em fins de agosto, a ter que se comunicar com esses sindicatos de forma indireta, criando problemas para o seu funcionamento natural.

— Finalizando, porque a defesa da realização de um novo congresso regional, três meses após o Congresso Nacional?

Paulo — Defendemos a realização de um novo congresso, na medida em que estamos às vésperas da realização do Congresso Nacional, que vai deliberar sobre uma série de questões estatutárias e de linha política. É correto que, definidas estas modificações no estatuto e a nossa plataforma política de atuação, deveremos nos reunir para implementar estas deliberações da instância máxima da CUT e, para, à luz destas modificações, referendar ou não a direção eleita no congresso.

Estupro



Por Marília
Carvalho

Um animador de TV estupra, confessa e continua impune, comunicando suas idéias no vídeo. Duas biólogas desaparecem e quatro meses depois descobre-se que foram violentadas e assassinadas em Alagoas. Esse dois casos, que polarizaram as atenções, são apenas a ponta mais visível de uma violência cotidiana contra as mulheres, que cresce ainda mais com a crise econômica.

Uma violência cotidiana

No dia 3 de março passado, um caso de estupro ganhava as manchetes dos jornais de todo o país: o apresentador de televisão Sérgio Malandro (SBT/TVS - Silvio Santos) confessava descaradamente à polícia e à imprensa que havia estuprodo Rosiney Gonçalves Ribeiro, de 21 anos, junto com outros cinco rapazes, no Rio de Janeiro. Como o próprio animador de TV previra nos jornais — “Sou filho de coronel e amigo do Silvio Santos” — ele continua impune e trabalhando na TV, apesar da queixa feita por Rosiney na polícia e dos protestos organizados pelo movimento feminista.

Dois meses depois, outro caso polarizava as atenções: o desaparecimento de duas biólogas — Jussara Gomes da Silva e Sylvania Martins — desde janeiro. Descobriu-se afinal, em maio, que elas haviam sido estupradas e assassinadas na Praia do Peba, Alagoas, onde faziam pesquisas.

Entre estas duas tragédias, que ficaram mais conhecidas, centenas de pequenas notas recheiam as páginas da imprensa: “Estuprador preso”, “Família vinga estuprador”, “Linchamento de suspeitos”... A polícia da cidade de São Paulo registrava 15 casos de estupro em agosto de 1982 (Metrô-News, 23/8/82). E sabemos que milhares de outros não chegam aos jornais nem à polícia porque não são denunciados pelas vítimas.

O estupro é uma relação sexual que a mulher é obrigada a manter contra a sua vontade. Ao contrário do que se pensa, ele não acontece principalmente na rua, praticado por desconhecidos. Dois terços dos casos de violência sexual apurados por uma pesquisa nos EUA aconteceram dentro de casa, por elementos da própria família. No casamento, ele ocorre com uma frequência impressionante, principalmente depois de surras. As mulheres são convencidas pela educação que recebem de que têm obrigação de “servir” seus maridos, mesmo depois de terem apanhado. São comuns também os estupro cometidos por pais, padrastos, tios e amigos.

O estupro é apenas uma das manifestações mais evidentes da violência contra as mulheres. Podemos considerar como violência todo tratamento a um ser humano que o considera como coisa e não como gente. Assim, a violência não é apenas física, mas também psicológica ou emocional. Ela vai desde o ciúme dominador e o controle sobre a vida da mulher até os espancamentos e assassinatos, passando pelos abusos de poder dos chefes e patrões nos locais de trabalho.

Essa violência chamada de “específica” sobre as mulheres, sem dúvida é parte integrante da violência geral da nossa sociedade. É assim que, mesmo sem nenhuma confirmação estatística, podemos afirmar que a violência contra as mulheres aumenta com a crise econômica, o desemprego e a miséria. Mas de maneira nenhuma podemos permitir que esse quadro geral de uma

sociedade violenta justifique nem desculpe a violência contra as mulheres. Ela é, em qualquer circunstância, inadmissível.

Nesta sociedade generalizadamente violenta, as agressões contra as mulheres são as mais facilmente justificadas pela ideologia dominante: afinal, a mulher não é geralmente vista como uma coisa? É nesta perspectiva, amplamente reforçada pelos meios de comunicação, que os assaltantes, por exemplo, acham-se no direito de estupro as mulheres assaltadas. Ao lado dos objetos de valor, as mulheres são mais uma coisa que eles usufruem.

É por isso que a violência contra as mulheres não aparece, não leva a processos, é escondida pelas vítimas, deixa os culpados impunes. Tanto homens como mulheres estão de tal forma acostumados a exercerem o papel de dominadores e de dominados, que acabam considerando a violência como “natural”.

Esse ocultamento geralmente não permite perceber que os casos de violência contra as mulheres não são exce-

ções, comportamentos “anormais” ou desvios individuais. Trata-se de uma violência institucionalizada, que faz parte da nossa sociedade. Nos Estados Unidos, estatísticas mostram que em 1982 seis milhões de mulheres foram violentadas por seus maridos!

Essa violência é, na verdade, um instrumento a mais na manutenção da opressão das mulheres. Toda dominação social implica em formas de violência como meio de controle. A opressão das mulheres é garantida tanto pela ideologia como pela violência direta. Assim, a violência não é um problema individual de cada homem, mas parte de um sistema, onde cumpre uma função determinada.

A legislação sobre o estupro, ao longo da história, confirma a idéia de que as mulheres são meros objetos, propriedades de algum homem. A antiga lei hebraica, por exemplo, colocava as filhas como propriedade do pai e o contrato de casamento se celebrava com o pagamento de 50 peças de prata ao pai pelo noivo. Se fosse violada uma filha não comprometida em casamen-

to, o violador estava obrigado a pagar as 50 peças ao pai e casar-se com ela. Assim, o estupro é visto não como um crime contra a mulher, mas contra o direito de propriedade do marido ou do pai.

No Brasil, ele está definido no artigo 213 do Código Penal — que é de 1940 — e a pena atribuída é de três a oito anos de prisão. A lei brasileira define o estupro como o ato de “constranger a mulher a conjunção carnal” é interpretada unanimemente pelos juizes como coisa vaginal, o único do qual pode resultar gravidez, indica que o que se protege é antes a estrutura familiar do que propriamente a pessoa da mulher.

Mas as principais dificuldades num processo contra um estupro não estão nas leis. Estão na prática dos policiais (que recebem as queixas nas delegacias), dos médicos legistas (que devem examinar a mulher para comprovar a relação sexual e o uso da violência) e dos processos, onde geralmente tenta-se incriminar a vida anterior da mulher vítima, acusando-a de prostituta ou tentando demonstrar que ela consentira na relação.

A situação das prostitutas que, apesar de frequentemente violadas, nunca conseguem valer-se da lei, demonstra que as mulheres que não estão “sob a guarda” de nenhum homem também não estão protegidas pela “Justiça”.

No dia 10 de outubro de 1983, os jornais noticiavam a verdadeira batalha campal travada em Barrinha, no interior de São Paulo, quando a polícia tentava impedir o linchamento de dois suspeitos presos pelo estupro e a morte de uma menina de quatro anos. No dia 4 de junho de 84, quase o mesmo fato se repetia, desta em vez em Marau, interior da Bahia. Doze dias após, em São Mateus, bairro da Zona Leste de São Paulo, a população indignada organizou uma passeata, exigindo a punição de um estupro que violara e assassinara quatro moças da região.

Estas atitudes são resultado de uma revolta sincera e do descrédito no sistema judiciário e na polícia. Mas serão verdadeiras soluções?

Em termos gerais, o movimento de mulheres tem concluído que não. A punição do estupro pode servir como um exemplo e como forma para revelar o funcionamento do sistema que incentiva estes acontecimentos. Mas a preocupação central deve ser com o bem-estar da mulher violentada. A lei e a prática da “justiça” devem reconhecer o estupro como crime contra a mulher e garantir-lhe toda assistência médica e psicológica, estabilidade no emprego e facilidades para, através dos meios de comunicação, participar de campanhas políticas contra o estupro.

Estas campanhas, somadas a mudanças no processo educativo e na imagem da mulher nos meios de comunicação, é que podem iniciar uma mudança efetiva nos costumes. E o primeiro passo para tudo isso é a criação de espaços onde as mulheres possam falar sobre o estupro e a violência.

Seis mentiras sobre o estupro

1. O estuprador típico é um homem de classe baixa e sem formação cultural.

O estupro está “dividido” igualmente por todas as classes sociais. O que ocorre é que é mais fácil a denúncia contra um homem de classe social inferior do que a um colega de trabalho, um professor ou patrão.

2. O motivo do estuprador é sua carência sexual.

O estupro não resulta de um impulso sexual irresistível, tanto assim que ele é desconhecido no reino animal. Pesquisas revelam que mais de um terço dos estuprodores (EUA) são casados. Assim, o estupro está antes de mais nada relacionado a uma humilhação ou uma demonstração de poder. Nos casos da relação patrão-empregada, de guerra (quando são estuprodas as mulheres de um território ocupado), de prisão ou tortura, essa relação de poder fica mais evidente.

3. As mulheres desejam o estupro e gostam dele.

Obrigadas a uma sexualidade extremamente passiva e insatisfatória, muitas mulheres fantasiavam que alguém assuma ativamente essa sexualidade reprimida. Mas, entre essas fantasias românticas - incentivadas pela forma idealizada com que a literatura e o cinema apresentam o estupro - e a realidade de uma relação violenta há uma distância enorme. Nenhuma mulher estuproda afirmou em entrevistas posteriores (EUA) ter gostado da experiência.

4. A mulher provoca o estupro através do seu comportamento e suas roupas.

Se o estupro não resulta de um de-

sejo sexual incontrolável do estuprodores, essa afirmação só tem sentido se encarmos o estupro como uma punição para as mulheres que transgridem determinadas regras, basicamente a de não sair de casa, principalmente à noite e desacompanhada. Em último caso, o estupro seria uma punição à mulher por não ter a seu lado um homem que a “protegesse”.

5. A mulher não pode ser estuproda se não o desejar.

Quando a polícia encontra um cadáver de mulher, a primeira coisa que verifica é se ela sofreu violência sexual. Isto porque, quando um homem chega ao ponto de estupro, transpõe facilmente o limite que o leva a matar. Assim, a reação das mulheres pode lhes ser fatal. Os grupos contra a violência recomendam, inclusive, que a mulher só reaja se tiver certeza da efetividade da sua reação, particularmente se o estuprodores estiver armado.

6. Se uma mulher não denuncia um estupro é porque foi responsável por ele.

A ideologia tenta convencer a mulher de que foi a culpada pelo estupro e esse sentimento dificulta a iniciativa de denunciá-lo. Se ela chega à delegacia, os policiais tendem a achar que se trata de fantasia, de vingança pessoal ou de uma forma para arranjar casamento. Precisa se submeter a um exame de corpo de delito, que dificilmente poderá comprovar o ato sexual e a violência. Se chega a abrir processo, de vítima será transformada em ré, tendo sua vida vasculhada publicamente.



O proletariado alemão vai à ofensiva

Um avanço na luta pelas 35 horas semanais

O movimento operário alemão colocou-se em maio-junho à cabeça do proletariado europeu, fazendo a mais importante greve nesse país nos últimos trinta anos. A categoria mais envolvida na luta foi a dos metalúrgicos, seguida pelos gráficos, reivindicando a redução da semana de trabalho de 40 a 35 horas, sem redução do salário

As negociações conseguiram uma diminuição para 38,5 horas semanais. Foi um passo na luta pelas 35 horas.

Porém, significou já uma mudança qualitativa para o movimento operário dos países capitalistas centrais: não se trata mais de uma luta defensiva, de resposta, às demissões.

"A Alemanha já não será a mesma"

É assim que Jakob Moneta, do Sindicato IG Metall da Alemanha define a situação nesse país após a grande greve dos metalúrgicos pelas 35 horas semanais.

— **Você disse que essa greve é diferente das demais.**

Moneta — Acho que depois dessa greve, a Alemanha já não será a mesma. Pela primeira vez, houve muita solidariedade dos demais sindicatos junto ao IG Metall. As manifestações assistiram filiados dos sindicatos dos bancários, dos comerciários, do funcionalismo público etc. Isto é, um pessoal que nunca antes tinha-se aproximado e que agora veio em massa. A mobilização arrastou pessoas que jamais tinham participado em greve nenhuma. A solidariedade ampliou-se e consolidou-se.

Por exemplo, os mineiros, que não tinham boas relações com os metalúrgicos desde os anos 50, aderiram às manifestações metalúrgicas de fins de maio. Os têxteis têm mudado de rumos e declararam greve quando os patrões anunciaram que eles seriam os que determinariam os casos de aposentadoria antecipada. Até um representante do sindicato dos químicos, um dos social-democratas mais direitistas do parlamento, tem defendido as 35 horas.

Não me lembro de ter visto isto nem nos anos 50, quando os sindicatos participaram das manifestações gigantescas contra o rearmamento. Não só os meta-

lúrgicos formaram parte dos piquetes grevistas: trabalhadores de outras categorias participaram dos piquetes às 4 ou 5 da manhã, antes de entrar no serviço.

No nosso país tínhamos um longo período de prosperidade que fez pensar que o capitalismo tinha mudado de rosto. Mas a máscara caiu e, pela primeira vez, centenas de milhares de pessoas entendem quando falamos em "sociedade de classes".

— **Qual é a situação atual do sindicalismo alemão?**

Moneta — Em nosso país, o IG Metall tem 2,5 milhões de sócios. A confederação única, a DGB, agrupa o conjunto dos sindicalizados — exceto os comerciários — quer dizer, uns 7,5 milhões de trabalhadores.

Entramos na crise capitalista mundial entre 1979 e 1982. Em três anos, o desemprego triplicou de 800 mil a 2,5 milhões. Mas as perdas do movimento sindical alemão são menores em relação às da França e Inglaterra. Ainda que tenham sido suprimidos 250 mil lugares de trabalhos para metalúrgicos, o número de filiados ao IG Metall teve apenas uma queda de cem mil. Estamos lutando, e quem sabe, se teremos que nos colocar à cabeça da classe operária europeia.

A luta pelas 35 horas semanais vinha-se preparando há um ano nos setores chaves do movimento operário da Alemanha Ocidental. Ao longo do país todo, começaram ações grevistas parciais por essa reivindicação. Mas tal luta não poderia ser colocada senão como um movimento nacional dos trabalhadores. Isso só viria a acontecer efetivamente a partir de maio deste ano.

As organizações empresariais e a direita coligação Democrata Cristã-Liberal no poder fez o possível para criar um ambiente de amedrontamento contra qualquer ofensiva sindical nesse sentido. Simultaneamente colocaram como palavra-de-ordem que só um minuto a menos das 40 horas semanais arruinaria "nossa" economia.

Nas fábricas, sob a pressão do desemprego, os trabalhadores, porém, já mostravam sinais de ansiedade e incerteza. Nessa conjuntura abriram-se duas alternativas: algumas categorias optaram por negociações parciais (aumentos salariais e adiantamento da aposentadoria) e outras pela luta pela redução da jornada de trabalho (entre estas, a dos metalúrgicos e gráficos).

Desde o 13 de fevereiro a IG Metall, com mais de 2 e meio milhões de filiados, lançou uma série de greves para "esquentar" as negociações que estavam tendo com os patrões. Em alguns casos, umas oficinas paravam por uma ou duas horas. Em outros, os operários saíam em manifestações de rua. O ponto mais alto dessa fase da luta foi nos dias 4 a 6 de abril, quando 132 mil metalúrgicos fizeram ao longo do país greves simultâneas, com o centro do movimento ao norte, em Hamburgo.

Por outro lado, quatorze mil metalúrgicos aplicaram de fato a jornada de 35 horas, trabalhando apenas sete horas por dia. No dia 6 de abril, dia de negociação do sindicato com a patronal, mobilizaram-se 90 mil trabalhadores no estado de Baden-Wuerttemberg, enquanto ao longo do país mais de 135

mil operários participavam de greves relâmpago.

Em abril, os gráficos espalharam movimentos grevistas por todo o país. A vaga grevista metalúrgica só tomaria força com a paralização de 58 mil operários da região industrial de Stuttgart e Frankfurt desde 14 de maio. Foi atingido o setor de auto-peças, o que obrigou à paralização de uma porção de outras indústrias em todo o país, tendo-se atingido o fornecimento de peças. Em fins de maio já eram meio milhão em greve.

2,5 milhões de desempregados

Na Alemanha o desemprego atinge hoje 2,5 milhões de pessoas, quer dizer, 8,6% da população apta para trabalhar. A situação é ainda mais aguda na Europa capitalista em seu conjunto: 10,5% de desemprego, isto é, mais de 10 milhões de pessoas. E as perspectivas são, em geral, de um contínuo aumento dessas taxas (para 1985 espera-se que no continente o nível de desemprego chegue a 11,25%).

Esta situação tem empurrado o movimento operário europeu a uma vaga de lutas e greves como não se viam desde 1968. Isso, apesar de suas direções reformistas (social-democratas e comunistas) envolvidas em geral com "pactos sociais". Na Alemanha, o agravamento da crise capitalista coincidiu com a passagem do governo das mãos dos social-democratas aos liberais e democrata-cristãos, o que deu liberdade de ação ao movimento sindical (controlado pela social-democracia).

É nesse contexto que no início deste ano na Alemanha deflagra-se a luta. A proposta dos sindicatos de uma redução da jornada a 35 horas, significaria um aumento do emprego para 1,5 milhão de pessoas. Os aumentos de custos resultantes da redução das horas, sem redução dos salários, seriam reabsorvidos pelo aumento da demanda dos produtos. De fato, existem precedentes nesse sentido.

Duas firmas de peso no setor de eletrônica, a Siemens e a Basf aceitaram

diminuir as jornadas. Por exemplo, a Basf rebaixou as horas semanais a 32, em troca porém de mais flexibilidade nos turnos; mantendo os salários, essa mudança fez-lhe incrementar a demanda de emprego em 50%, sem perdas financeiras.

Apenas uma trégua

Mas o grosso do empresariado alemão não aceita essa idéia. Foi assim que as negociações levaram a uma greve de 50 dias, que envolveu cerca de 500 mil metalúrgicos ao longo de maio e junho. Desde os anos 50, não se assistia na Alemanha a um movimento dessa amplitude. A luta resultou em um acordo proposto pela social-democracia que não convenceu a nenhuma das duas partes: redução a 38,5 horas semanais, a partir de abril de 1985, com um aumento salarial de 2% nessa data; e em julho deste ano, um reajuste de salários de 3,3%.

A importância do movimento grevis-

ta é revelada com as perdas impostas aos patrões: segundo a associação de industriais, a Gesamtmetall, os prejuízos foram de 3,5 bilhões de dólares. Nos 50 dias de greve, o governo deixou de arrecadar quase um bilhão de dólares em impostos. E o sindicato dos metalúrgicos gastou em ajuda financeira aos grevistas, mais de 250 milhões de dólares.

Os metalúrgicos voltaram ao trabalho em julho. Porém, como afirmou um dos líderes grevistas o acordo "é apenas um passo em direção à semana de 35 horas". Ninguém considera o assunto tema fechado. De fato, as bases grevistas não ficaram contentes com as 38,5 horas. Logo após ser conhecido o acordo, em Frankfurt, região onde esteve a vanguarda do movimento, houve manifestações operárias pela continuidade da luta. As expectativas são de uma continuidade, e não só na Alemanha, mas em todo o continente europeu.

Greve geral força rompimento com o FMI

Em fins de junho e começo de julho, a Bolívia viveu mais uma tentativa de golpe de direita e mais uma greve geral operária por reivindicações classistas. Dois fatos muito presentes na vida política desse país. Porém, desta vez, deram-se de uma forma distinta exprimindo a impotência política da direita, de um lado, a crescente capacidade da classe operária de impor suas decisões ao governo reformista (uma coligação de nacionalistas de esquerda e PC), de outro. De fato, a greve operária impôs o rompimento com o FMI, quer dizer, com o imperialismo. Um golpe que o governo ainda não digeriu bem.

Em 30 de junho, o presidente da Bolívia, Hernan Siles Suazo foi sequestrado por um bando de sessenta homens armados. O sequestro durou dez horas. Foi o tempo requerido para que a ultra-direita desse país recusasse de mais uma temerária tentativa de golpe ao estilo mafioso.

Os golpistas tentaram asilar-se em massa nas embaixadas latino-americanas. Estas, apesar de lhes dar refúgio, negaram-se a recebê-los nos seus países. O grosso do comando do sequestro estava composto por policiais vinculados ao combate ao tráfico de drogas. Este lucrativo negócio foi a base de sustentação de vários dos últimos governos golpistas de direita e, em geral, está vinculado à alta hierarquia militar. O corre-corre de golpistas atingiu também coronéis do exército. Na primeira semana de julho, o número de implicados presos era de duzentos. As vinculações chegavam até a alguns ministros de Siles Suazo.

A forte vinculação da ultra-direita com o tráfico de drogas tem tirado toda credibilidade da sua capacidade de se colocar alternativa de governo, frente ao atual bloco reformista. Daí, que tais intentos não conseguem nem o apoio de ditaduras de direita do continente. Ao que parece, o imperialismo também prefere o nacionalismo de esquerda e o PC ao governo.

De fato, com o esfacelamento do movimento golpista, o principal vencedor foi Siles Suazo, que nessa conjuntura foi defendido por manifestações populares nas ruas. Porém, a glória de Siles duraria pouco.

Greve geral vitoriosa

O golpe desfechou-se nas vésperas de uma greve geral por aumentos salariais e pelo rompimento com o FMI. Conseguiu apenas que o movimento operário adiasse sua realização. Foi assim que, na semana seguinte ao golpe, a Central Operária Boliviana deflagrou a greve, com a seguinte pauta de reivindicações: o aumento de 30% de salários, retroativo a começo de abril, para compensar os aumentos de preços básicos desse mês, suspensão temporária do pagamento da dívida externa (amortizações e juros), cujo montante atual é de 3,7 bilhões de dólares e posterior dilatação dos prazos para sua cobertura, utilização só de até 25% da receita de exportações para o pagamento de juros da dívida externa, diminuição dos preços pagos pelo estado a empresas norte-americanas pelo petróleo destinado ao mercado externo.

Em 8 de julho, o governo teve que curvar-se frente à força do movimento grevista. Todo o setor estatal da economia foi paralizado, o que significa mais de 70% da produção nacional. Nesses dias, aderiram à greve os trabalhadores da administração pública, das instituições de ensino, e os bancos. De fato, só funcionou o transporte coletivo cujo sindicato não é filiado à COB. O governo calculou que cada dia de greve significava uma queda do produto em 17 milhões de dólares.

O Programa de Emergência da COB

Por Victor Murillo

O Programa de Emergência da Central Operária Boliviana estabelece entre seus objetivos políticos três eixos: "participação preponderante dos trabalhadores no governo através da COB, a gestão majoritária dos trabalhadores em todas as empresas de produção do Estado e o controle operário nas empresas de capital privado". No plano econômico, a preocupação fundamental da COB é a mudança da estrutura econômica tradicional baseada na hegemonia do setor terciário". Nesse sentido a COB coloca a necessidade da economia se sustentar nos setores produtivos: fortalecimento da agricultura, reativação industrial e integração da fase da exploração mineira (da extração até comercialização).

A COB prega ainda que o fortalecimento do aparelho produtivo vai gerar a necessária oferta de bens para o mercado interno e, de outro lado, ao impulsionar o setor mineiro e de combustíveis, permitirá a entrada de divisas suficientes para o pagamento das importações imprescindíveis.

No setor agropecuário, o Programa da COB exige uma política de crédito de fomento, que complementada com a fixação de preços justos para os produtores, beneficie também os consumidores. Entre os encaminhamentos de "ação imediata da política econômica" há dois elementos de destaque em relação ao abastecimento popular: a comercialização direta junto à população dos estoques de produtos essenciais; e a supervisão e controle de preços pelos Comitês de Bairros de Donas de Casa. Com essas medidas, criar-se-ia um poder popular que poderia eliminar a especulação dos comerciantes.

Ruptura com o imperialismo

Estas medidas complementam-se com a escala móvel de salários e o salário mínimo vital calculados na base do índice de preços do consumidor, elaborado sob controle dos trabalhadores.

Destaca-se, por outro lado, que em relação a uma política de diminuição do desemprego a COB propõe a construção de moradias populares, o que simultaneamente resolveria a carência habitacional.

Mas é no item referente ao "Fortalecimento dos mecanismos do Estado" que exprimem-se algumas das diferenças fundamentais entre o posicionamento da COB e o governo da União Democrática Popular. O problema do pagamento da dívida externa é o ponto de divergência fundamental, quer dizer: a atitude frente ao imperialismo. A COB se posiciona pelo "adiamento do pagamento da dívida externa aos bancos privados internacionais até que as condições de economia boliviana permitam cumpri-las novamente". Isso aliado ao "rechaço às imposições do FMI".

A greve geral deflagrada no começo de julho teve esta disputa como uma das reivindicações principais da COB. De momento, e contra sua vontade, o governo da UDP cedeu perante esta reivindicação da COB. Porém, o imperialismo, através do FMI, que constituiu-se nos últimos meses no principal assessor da UDP em matéria econômica, volta agora a pressionar o governo, o que pode provocar novas mudanças no cambaleante governo reformista.



Foi assim que a COB liquidou a tentativa do governo de chegar a um entendimento com o imperialismo e alcançar a aceitação do FMI. Ainda que liderada por nacionalistas de esquerda e pelo PC, o governo de Siles Suazo estava prestes a implementar uma política de recuperação a la FMI, dentro da receita que toda a América Latina conhece. Agora, a força da COB obrigou-o a desviar de seu caminho de conciliação com o imperialismo, mas Siles ficou sem nenhuma política coerente.

A COB, por sua vez, tem apresentado uma alternativa operário-popular de reativação da economia, sendo que algumas de suas reivindicações foram conquistadas com a última greve geral (vide matéria ao lado). Porém, o bloco governante constituiu-se no principal obstáculo para sua implementação. E numa situação de alta instabilidade política como a boliviana, o movimento operário tem que enfrentar um dilema muito complexo: lutar combativa e classistamente por suas exigências econômicas sem deixar de apoiar o processo de democratização que lhe permite alargar a base de suas atividades e a profundidade da sua luta.

Mas o movimento operário boliviano não se deixa paralizar pela alternativa "fascismo ou democracia", compreendendo que esta deve servir para preparar o acesso da classe ao poder, e não sua conciliação com a burguesia e o imperialismo. É nesse contexto que o marxismo revolucionário joga um papel fundamental para impulsionar novos avanços na concepção estratégica de como converter as reivindicações imediatas da classe na conjuntura, em passos até o objetivo que é consenso dos operários e camponeses desse país: o socialismo.

Declaração Política do XX Congresso dos Mineiros

Ao finalizar recentemente o XX Congresso da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB), a assembléia dos operários emitiu uma declaração política que exprime o posicionamento da mais importante organização sindical desse país.

"Consequentes com nossa conduta, os trabalhadores mineiros declaramos:

1. Nossos objetivos estratégicos estão inseridos na Tese Socialista da COB. Simultaneamente, a luta contra o imperialismo é a tarefa permanente do povo oprimido. Os espaços da democracia burguesa devem ser aproveitados pelos trabalhadores como vanguarda revolucionária para aprofundar a luta anti-imperialista.

2. Defesa intransigente da conjuntura democrática, que supõe para os explorados da Bolívia o pleno desenvolvimento e preservação da democracia operária, os direitos humanos e o fortalecimento do movimento popular nas minas, no

campo e nas cidades.

3. No contexto das conjunturas democráticas, nosso inimigo principal é o fascismo. Sem sua derrota, a conjuntura inevitavelmente transformar-se-á em outro processo de repressão. Os trabalhadores das minas, do campo e da cidade têm que transformar suas organizações naturais em barricadas de defesa da democracia e de ataque ao fascismo.

4. Para fazer frente de maneira real à atual crise econômica, acirrada pela política econômica e o último "pacote" emitido pelo governo de acordo com as receitas do FMI, que alenta novamente a subversão fascista, lutar pela realização do Plano de Emergência da COB, para coesionar todas as forças democráticas e revolucionárias e ganhar à nação inteira para arrasar com o fascismo e o imperialismo.

5. Impulsionar a unidade da esquerda para fortalecer a luta econômica e política da COB".